

AGORA

FENAE

ISTO

sbt

FOLHA DE S



veja

O GLOBO



EP

REDE RECORD

O ESTADO DE S.



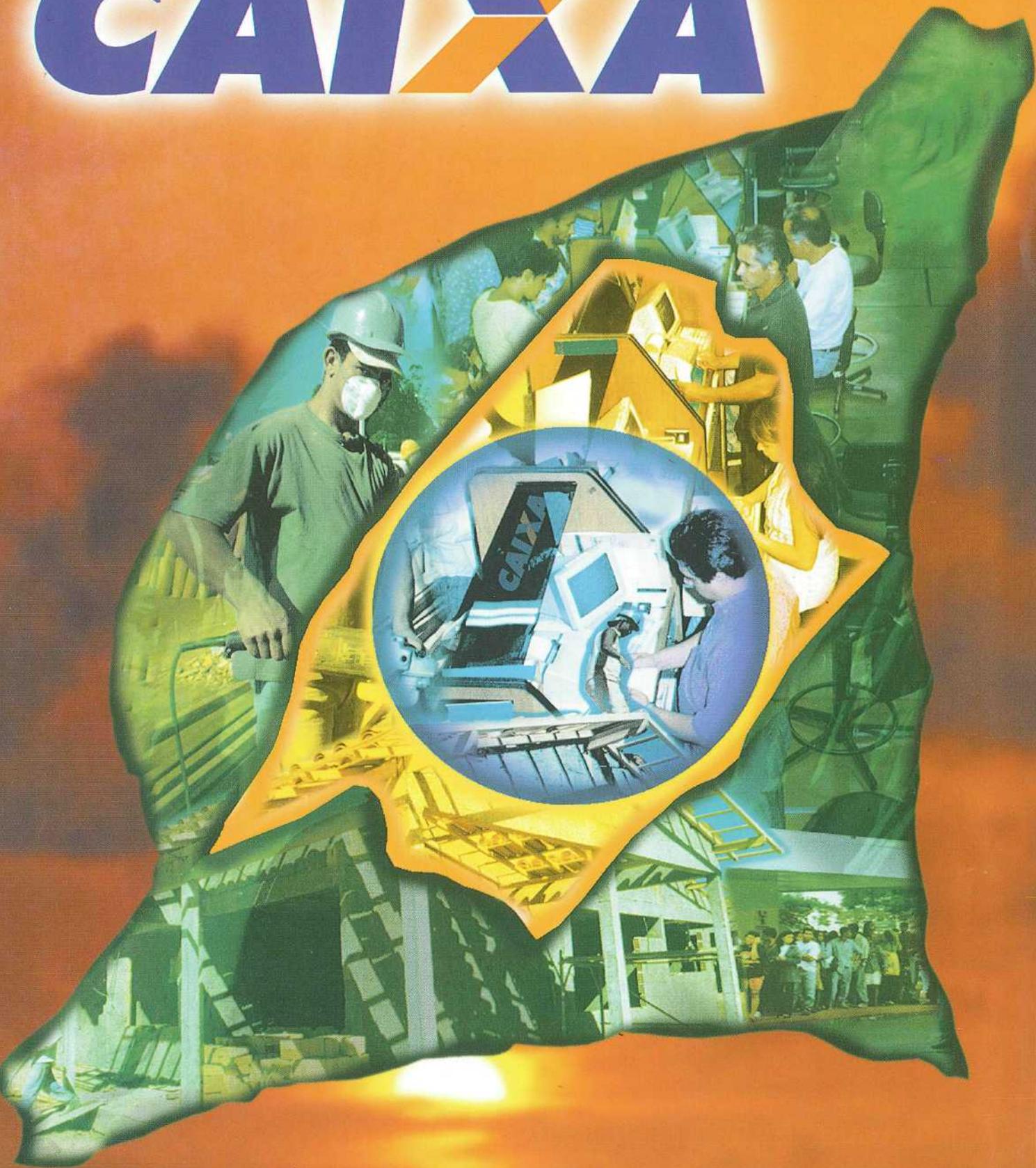
FENAE.AGORA - edição 16 - ano 2 - n.º 4 - maio de 1999 - distribuição gratuita



DESINFORMAÇÃO

A crise financeira atinge as empresas de comunicação e desnuda o conluio entre o governo e a "imprensa"

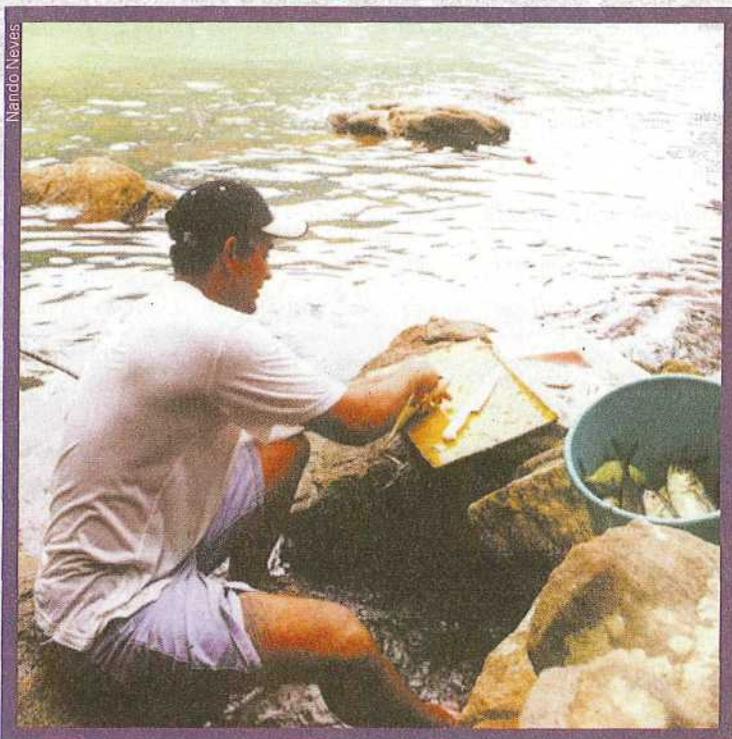
CAIXA



Patrimônio do povo brasileiro



Capa: O poder e a falta de transparência dos meios de comunicação **Pág. 18**



A ação do homem está comprometendo os mares e oceanos da Terra

Pág.36

AGORA FENAE

- 5 Conheça o triângulo misterioso que fica do outro lado do mundo
- 7 Jânio de Freitas mostra onde o governo usa meio bilhão de dólares
- 8 Balanço mostra perfil da atuação da Caixa Econômica Federal
- 14 Nova diretoria inicia seu mandato de três anos à frente da FENAE
- 16 Nativo da Natividade foi líder dos trabalhadores rurais de Goiás
- 17 Biondi alerta para o perigo das manchetes "cor-de-rosa"
- 27 A coluna "No Congresso" mostra outras palavras da privatização
- 31 O forró se globalizou e gera lucros aos donos das maiores bandas
- 32 Rapidez e destreza são requisitos essenciais para o tênis de mesa
- 34 Pantanal é o paraíso para quem gosta de natureza em estado bruto



No Espírito Santo, o congo reúne o melhor do moderno e do tradicional

Pág. 28

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, edifício União,
6º andar, Brasília/DF, CEP: 70300-901
Telefone: (061) 323-7516
Fax: (061) 325-6057
Homepage: www.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria Executiva

Presidente:
Carlos Borges
Vice-Presidente:
José Carlos Alonso
Diretor Financeiro:
José Durval Reis
Diretor de Relações no Trabalho:
Antônio Bráulio
Diretor Administrativo:
Pedro Eugênio
Diretor de Esportes:
Jorge Peixoto de Mattos
Diretora Cultural:
Maria Aparecida
Diretor Emérito:
Orlando César
Diretor Primeiro Suplente:
Vaumik Ribeiro da Silva
Diretora Segunda Suplente:
Érika Kokay

Conselho Fiscal

Ozair Cataldi
Bernadete S. de Aquino
Francisca de Assis A. Silva
Suplentes

Jorge Marçal
Francisco Astrogildo Cruz
José Marcos de Almeida Costa

Conselho Deliberativo Nacional

Presidente: Valmir Gongora
Vice-Presidente: Fernando Souza de Mello
Secretário-Geral: Marcos Holanda Melo Saraiva

Editor: Afonso Costa (MTb - RJ 16.234)

Redação: Antônio José, Evandro Peixoto e
Marcio Sardi

Colaboradores: Jânio de Freitas, Aloysio Biondi,
Tárik de Souza e Adacir Reis

Diagramação: Valdo

Ilustração: Lisarb

Impressão: Bangraf

Tiragem desta edição: 75 mil exemplares
comprovada por Price Waterhouse, cuja
carta-relatório encontra-se conosco.

Os artigos assinados são de responsabilidade dos
seus autores. As matérias podem ser reproduzidas,
desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

Em busca de democracia

Novos tempos para os destinos desta Federação, com a posse de sua nova diretoria, coincidem com uma das mais importantes lutas que os empregados da Caixa estão travando ao lado da sociedade. Os diretores da FENAE, recém-empossados, estão na linha de frente da campanha em defesa da Caixa Econômica Federal e do patrimônio público.

A posse da nova diretoria é resultado de um processo de cidadania e participação que envolveu mais de 50 mil empregados da Caixa de todo o país. A Federação, uma das poucas a escolher sua direção pelo voto direto, sai fortalecida desse processo amplamente democrático.

A mesma transparência, infelizmente, não se encontra nos bastidores da comunicação no Brasil. Impérios criados sob as asas da ditadura, concessões de rádios e televisões em troca de benesses políticas e perseguição às tentativas de democratização são a pauta secreta da imprensa no país.

A falta de nitidez permanece quando se fala das dívidas das principais empresas. São conhecidas as dificuldades da Manchete, Jornal do Brasil e outros veículos. Poucos sabem, no entanto, o montante devido pela toda-poderosa

Rede Globo no mercado internacional.

Mas não se espere que o governo federal deixe seus aliados da mídia em dificuldades. Diversas instituições - entre elas a Globo - foram beneficiadas por um programa do BNDES, que pode estatizar a dívida de 90 empresas privadas nacionais.

A televisão também não costuma mostrar manifestações legítimas de nossa cultura, como o congo, tradição capixaba que começa a ser conhecida fora dos limites do Espírito Santo.

Herança de resistência dos escravos, o congo faz parte das manifestações folclóricas em que o novo e o tradicional se encontram.

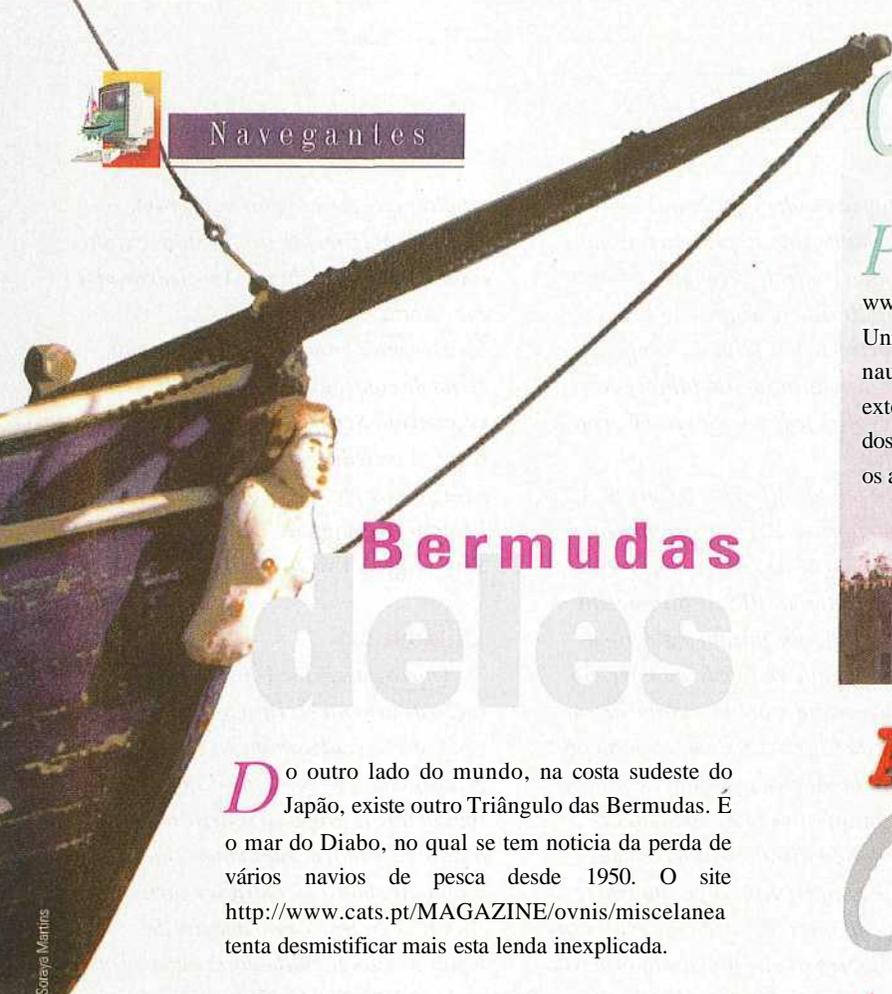
Outro movimento ao qual se deve prestar mais atenção é o avanço da

poluição sobre os mares e oceanos da Terra. Berço da vida, o mar sofre ameaças constantes: esgoto doméstico, detritos industriais, agrotóxicos, despejo de material químico e outras cargas poluidoras provenientes da terra firme.

Ainda livre de poluição, o Pantanal tem história e muita beleza. Para quem aprecia a natureza em sua configuração mais autêntica, esse paraíso ecológico na porção ocidental do Brasil é uma verdadeira enciclopédia dos seres vivos. Ao vivo.

Não espere
que o governo
deixe a mídia
em dificuldade

FA



Bermudas

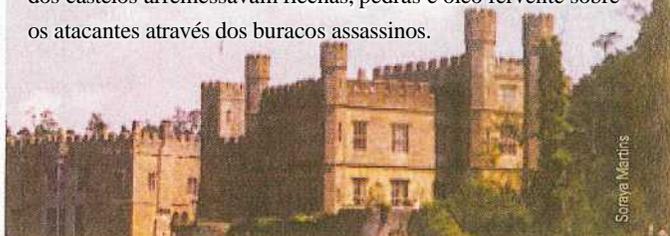
deles

Do outro lado do mundo, na costa sudeste do Japão, existe outro Triângulo das Bermudas. É o mar do Diabo, no qual se tem notícia da perda de vários navios de pesca desde 1950. O site <http://www.cats.pt/MAGAZINE/ovnis/miscelanea> tenta desmistificar mais esta lenda inexplicada.

Soraya Martins

Castelo explicado

Para entrar num castelo é preciso ter dicionário. Mas a terminologia sobre castelos medievais está à mão em www.humanas.ufpr.br/grad/historia/prolicen/castles, site da Universidade Federal do Paraná. Acessando esta URL o internauta descobre, por exemplo, que barbacã é uma fortificação externa ao portão de um castelo. Ou então que os defensores dos castelos arremessavam flechas, pedras e óleo fervente sobre os atacantes através dos buracos assassinos.



Soraya Martins

A primeira Carta

A primeira descrição do Brasil está em www.500anos.com.br. É a carta do descobrimento, escrita por Pêro Vaz de Caminha. Ele narra o primeiro contato entre europeus e índios em solo nacional: "E Nicolau Coelho arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas." Entre tantas peculiaridades históricas, uma chama a atenção: ao se despedir do rei português, destinatário da carta, Caminha localiza-se na "Ilha de Vera Cruz".

o l í m p í c o

ideal



Para saber a história dos Jogos Olímpicos, nada melhor que ir às fontes. No site www.apel.ee.upatras.gr/www/pub/peloponnese/eleia2.html, da Universidade de Patras (Grécia), o artigo "Ancieht Olympia - a brief history of the Games" traz tudo sobre a origem dos jogos e sua evolução, desde a Grécia antiga até a recuperação do ideal por Pierre de Fredy barão de Coubertin. O site, em inglês, não tem tradução para o português.

Fenae e Você

Tem novidade no site da FENAE. Clicando no ícone reproduzido ao lado, os empregados da Caixa terão acesso aos serviços das associações de pessoal da Caixa em todo o país, bem como aos profissionais credenciados do PAMS. Outro serviço permite que o empregado faça seu anúncio de graça na Internet. Confira!



FENAE AGORA: imprensa1@fenae.org.br

Privatização

A perspectiva, hoje, mais do que real da privatização assume dimensões de perplexidade e desespero na família dos empregados da Caixa Econômica Federal. Chega-se ao ponto de se tratar um concorrente estatal como se fora um inimigo. Como se fosse aberta uma guerra declarada pela sobrevivência. Como se, caso o matássemos, permaneceríamos perpétuos no mercado.

Sob este ângulo teríamos três possibilidades: tentaríamos matar o concorrente e poderíamos ser mortos por desconhecer seu real poderio ou suas armas; poderíamos realmente liquidá-lo e ficaríamos sem saber o que fazer com o "de cujus"; ...será que os clientes do concorrente migrariam suas contas para a Caixa? Em qualquer das hipóteses, estaríamos sepultando de vez o foco do nosso negócio, da prosperidade e da perpetuação no mercado moderno: o cliente. Se o foco é o cliente, o que nos importa a morte do concorrente?

Em seu discurso de posse, nosso novo presidente afirmou ser a Caixa, dentre as empresas públicas, a que tem menor extensão privatizável. O Comifestá realizando levantamentos para reavaliar a estrutura e o funcionamento das instituições de crédito do governo federal. Informa também que a sociedade brasileira, no ano 2000, decidirá o futuro destas instituições, sendo que somente a Caixa poderá se tornar um banco de segunda linha, perdendo a sua área comercial. O deputado federal Danilo de Castro, ex-presidente da Caixa, afirma em "O Estado de Minas" "não se tratar de falácia a possibilidade de privatização da Caixa, mas que existe estudos neste sentido em andamento na área do Ministério da Fazenda". Desmentidos sobre o tema tiveram veiculação em informativos internos da Caixa. O presidente da República, perguntado sobre a privatização da Caixa, do Banco do Brasil e da Petrobras ("Estado de Minas"), informou

que pretende vender a parte que sobra das ações da Petrobras que não implique em perda do controle acionário. Sobre o Banco do Brasil, disse que não havia como privatizá-lo por falta de compradores e porque já consumiu oito bilhões de reais dos cofres federais. Sobre a Caixa... nada falou.

O que tem de diferente a Caixa? A Caixa são muitas. Área comercial, fomento, prestação de serviços, operações delegadas (loterias, PIS, seguro-desemprego, FGTS), que fariam a alegria de qualquer banqueiro ligado ao FMI. Ao longo da história, porém, o corpo de empregados da Caixa tem dado resposta positiva a todas as crises, a todos os obstáculos que foram colocados. Todos os desafios têm sido ultrapassados com galhardia e competência. A permanência da Caixa no mercado, cada dia mais atuante, desespera os que procuram miná-la e assim ficar mais fácil o golpe fatal da privatização.

O que nos mostra o cenário: desta vez, teremos de lutar munidos de uma força nossa, interior, inabalável. Devemos saber que a sociedade vai, enfim, optar pela continuidade ou não da nossa empresa no mercado. É nosso maior desafio e nossa suprema meta, pois não poderemos contar com benemerância alguma de nosso único acionista. Teremos de provar de uma forma definitiva que somos úteis, necessários e imprescindíveis às aspirações do povo e às demandas da sociedade, que é de quem realmente somos empregados.

Sabemos que a motivação em época de crise é muito difícil. A nossa motivação, porém, haverá de ser a sobrevivência da empresa no mercado. E isso vai depender da sociedade. Será ela quem julgará a necessidade da Caixa existir ou não. E é disso que vai depender nosso emprego e realização profissional. Se a sociedade nos der as costas como fez com a Minascaixa, BNH e tantos outros bancos que sucumbiram... Bem, é porque não merecíamos realmente sobreviver. É bom

ressaltar que esses órgãos morreram.

Foram simplesmente substituídos e esquecidos. Fazem falta hoje? A sociedade sabe das coisas...

Devemos procurar nossos próprios meios de continuar no mercado. Úteis e necessários. Sem guerras com o concorrente. A sociedade não precisará de armas para definir por quem optará.

Eloisio Santiago de Souza
Sete Lagoas (MG)

Cidadania

Quero parabenizá-los por esta publicação de alto nível. Para mim os empregados da Caixa Econômica Federal são privilegiados em ter à sua disposição uma revista que se propõe a refletir e debater assuntos ligados às suas vidas, como economia, política, cultura e turismo. Afinal de contas, como agentes da história, esses trabalhadores não podem se isolar. **FENAE AGORA** representa um avanço do novo sindicalismo no Brasil e dos trabalhadores da Caixa. Ao associar tais assuntos à realidade do trabalho bancário, desperta o interesse de outros segmentos sociais, fazendo com que os mesmos se familiarizem e também se solidarizem aos poucos com a luta desses empregados.

É disso que precisamos agora para reverter o quadro social, e não de discursos em torno de interesses imediatos da categoria. A vocês todos, muito obrigado por me ensinarem uma forma de praticar a cidadania.

Caroline Dantas Coelho
Brasília (DF)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. **FENAE AGORA** se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).



O mau dinheiro

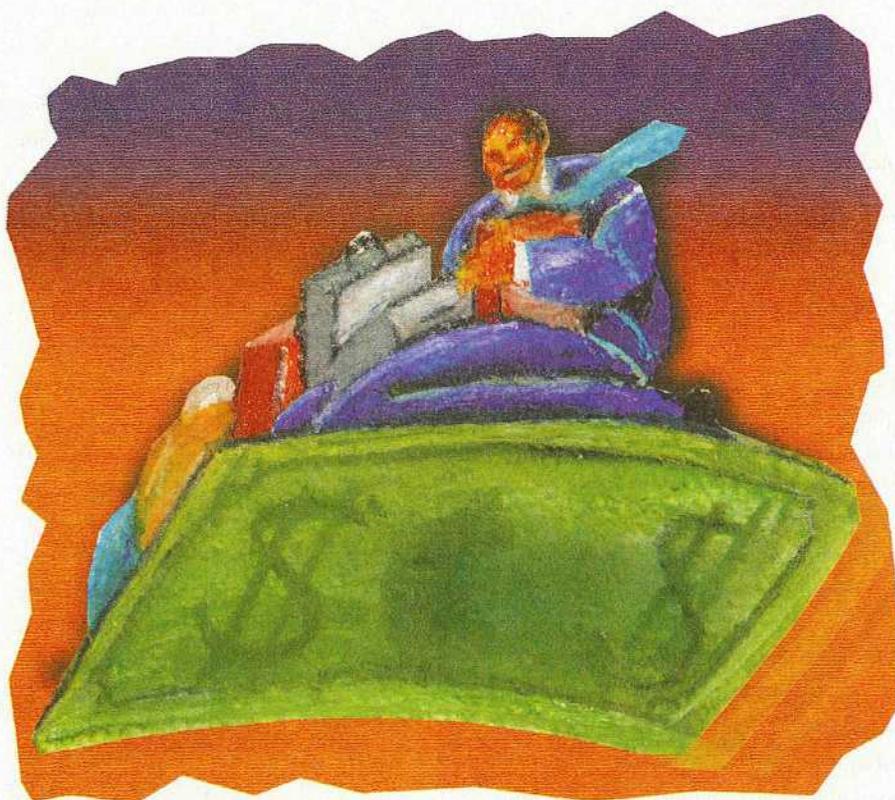
■ Jânio de Freitas

Em qualquer país do mundo, meio bilhão de dólares é muito dinheiro. Com mais razão, no Brasil é uma quantia capaz de milagres, desde que haja o outro milagre que seriam concorrências honestas. No mínimo, seria possível dar vida digna, por exemplo, a uma vasta parte da região castigada pela seca. Ou preparar hospitais, pelo país afora, para darem atendimento humano aos que neles sofrem pela falta de recursos médicos.

Mas o governo não dispõe de meio bilhão de dólares para tais fins, nem para outros assim necessitados pela população. O FMI faz exigências de cortes nos gastos públicos. Os juros com que o governo premia os especuladores exigem dinheiro que exige cortes nos gastos públicos. Nestas circunstâncias, o governo põe a mão na consciência, comprime-a para dela obter o que melhor produza, e decide gastar meio bilhão em publicidade do próprio governo.

Como o governo não tem realizações a divulgar, nem mensagens requeridas pela população, a publicidade se torna mera propaganda política. Com dois resultados, além do desperdício óbvio.

O primeiro é o peso ilusório dessa massa de propaganda sobre um país sem cultura política, até porque pouco letrado. Mesmo sobre os cidadãos com melhor formação essa propaganda exerce seus efeitos, como é próprio das propagandas. Quanto mais sobre as mentes desprevenidas. Trata-se, então, de meio



bilhão empregado de um modo que contribui para o retardamento continuado do nosso atraso em matéria de democracia política.

O segundo resultado está no destino material dado ao meio bilhão. É uma formidável massa de dinheiro que se transfere dos cofres públicos para grande parte dos meios de comunicação, sobretudo as televisões e rádios, secundariamente as revistas e, por fim, jornais. Isso explica, em boa parte, por que nos dois primeiros gêneros de veículos se encon-

tram tão escassos, quando se encontram, materiais jornalísticos inconvenientes ao governo. E nos dois últimos gêneros se encontra um pouco mais. Estes, não por acaso, os dois tipos de veículos menos procurados pela grande maioria da população.

Jânio de Freitas,
jornalista



Caixa

O maior banco d

A Caixa reúne 12 milhões de correntistas, mas teve altos e baixos em 98

A Caixa Econômica Federal obteve lucro de R\$ 387 milhões em 98. O ativo alcançou R\$ 114,7 bilhões, apresentando crescimento de 3% em relação a 97.

O patrimônio líquido ficou próximo de R\$ 3,6 bilhões, o que representa redução de 23%. De acordo com nota explicativa da administração, a queda é decorrente de reavaliação de todos os imóveis de uso da empresa.

A performance da Caixa em seus segmentos básicos — fomento, prestação de serviços e área comercial —, segundo avaliações feitas por entrevistados da FE-NAE AGORA, apresenta altos e baixos. O destaque fica por conta do desempenho em programas sociais — habitação, saneamento etc. — e na prestação de serviços à sociedade, como o pagamento de PIS a 13,98 milhões de trabalhadores e de seguro-desemprego a outros 19,4 milhões, além da arrecadação de contribuições e efetivação de saques do FGTS. Aos aposentados e pensionistas foram feitos 23,4 milhões de pagamentos,

num total de R\$ 5,5 bilhões.

A Caixa firmou-se como primeira colocada em arrecadação da Previdência, com 30% da participação do mercado, correspondente a R\$ 13 bilhões. O crescimento em relação a 97. foi de 84%. Consolidou-se também como o maior banco em número de clientes no país, sendo que entre seus 12 milhões de correntistas, 9,6 milhões possuem caderneta de poupança.

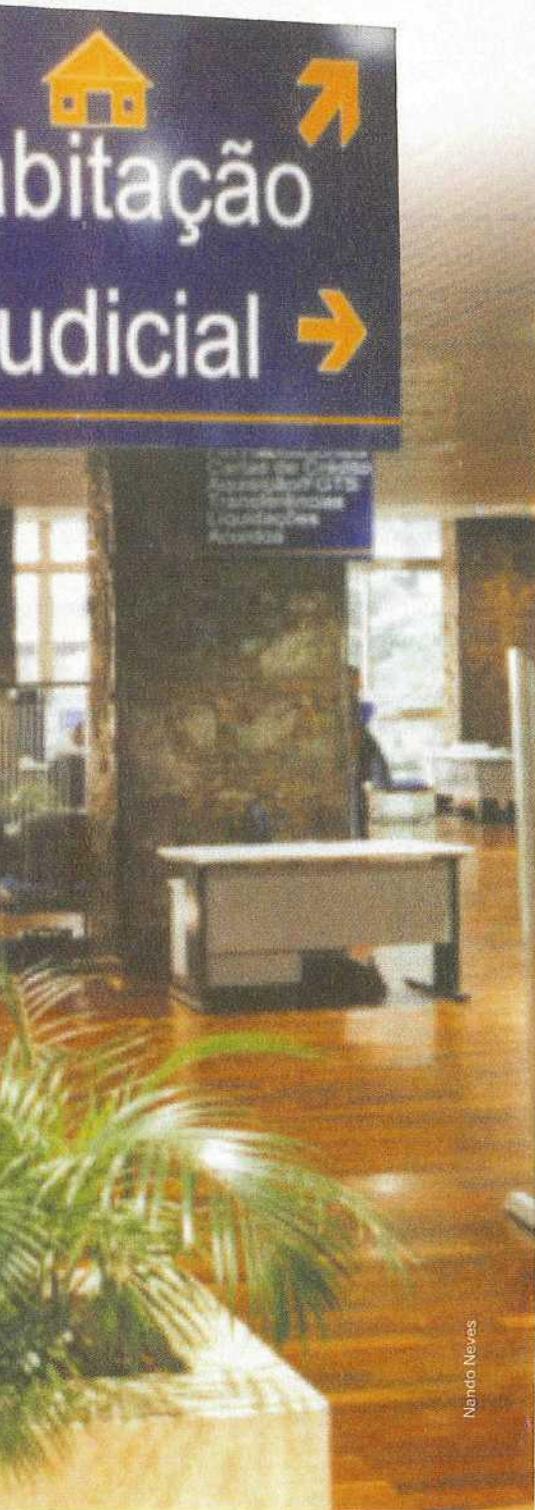
Os principais problemas estão relacionados à atuação da empresa como agência financeira do Tesouro Nacional, na execução de programas de reestruturação administrativa e financeira do setor público, e na qualidade de agente finan-

ceiro federal, por conta dos refinanciamentos de divi-

O governo é quem mais prejudica a Caixa



o país



Apesar do acúmulo de funções, empregados superam desafios

Ao longo de sua existência, a Caixa Econômica Federal vem incorporando novas funções àquelas de quando foi criada. Começou atuando nas áreas de penhor e habitação e em seguida passou a captar depósitos em cadernetas de poupança. Vieram depois as atividades da Loteria Federal e a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), incluindo arrecadação de contribuições, efetivação de saques e financiamento de obras. Há que se destacar ainda inúmeros outros serviços delegados, como os pagamentos do Programa de Integração Social (PIS) e do seguro-desemprego, entre outros.

O registro é feito por Calos Caser, que até o último dia seis de maio respondia pela presidência da FENAE. A intenção é a de ressaltar a abrangência do papel ocupado pela empresa no mercado financeiro, especialmente no tocante aos serviços de atendimento ao trabalhador e aos cidadãos renegados pelos demais bancos. Caser ressalta que, "apesar de todo esse acúmulo de atribuições, a empresa mostrou-se capacitada em sua atuação, revelando todo o potencial de seu quadro de funcionários, composto por técnicos preparados para a superação dos desafios colocados para a empresa".

O ex-presidente da FENAE destaca ainda o bom desempenho da Caixa no segmento comercial, com "produtos de credibilidade no mercado". Segundo ele, é com os resultados obtidos nessa área que a empresa consegue manter-se presente no dia-a-dia da população, levando serviços e implementando programas de cunho social, através de uma rede de invejável alcance — 1.819 pontos de venda em todo o país — e grande capacidade operacional. "Para dimensionar a importância do segmento comercial para a Caixa basta ver que o seu produto mais tradicional é a poupança".

Características Mesmo na área comercial a Caixa preserva suas características de banco público, haja vista o perfil popular de suas contas poupança, além da identidade com o cidadão comum pelos longos anos de experiência na prestação de serviços geralmente recusados por outras instituições, o chamado lixo bancário. Na visão de Carlos Caser, o problema está em que a empresa muitas vezes fica à mercê do jogo político, no qual prevalecem interesses outros, alheios aos procedimentos técnicos.

Para fortalecer o caráter efetivamente público da instituição, de forma que ela não seja meramente estatal, Caser afirma ser necessário que a empresa "passe a estabelecer rotinas absolutamente claras", sobretudo para a execução de políticas públicas, em que é indispensável também o acompanhamento por conselhos compostos por representantes da sociedade e do poder público (governos municipais, câmaras de vereadores etc). "Só assim a previsão de recursos orçamentários pela União e o estabelecimento de prioridades na liberação dos mesmos deixarão de seguir interesses políticos, como na época da votação da reforma da Previdência".

Também o vice-presidente da FENAE, José Carlos Alonso, é da opinião de que um banco público deva estar subordinado a diretrizes de um conselho nacional de desenvolvimento urbano e não apenas a órgãos do governo federal. Os programas de investimento em infra-estrutura, na sua opinião, devem envolver as esferas de poder nos diversos níveis — federal, estadual e municipal —, "para que os recursos sejam maximizados".

Mas Alonso vai ainda mais longe. Ele entende que uma empresa pública deve abrir sua estrutura de mando, possibilitando a participação da sociedade em seu Conselho de Administração. A representação ficaria por conta, por exemplo, de segmentos sociais diretamente ligados aos programas de desenvolvimento urbano que tenham a Caixa como gestora dos recursos destinados.

Rede de atendimento e quadro de pessoal

| | 1997 | 1998 | Variação |
|--------------------------------|--------|--------|----------|
| Número de agências | 1.567 | 1.601 | 2,2% |
| Número de PAB's | 236 | 218 | -7,6% |
| Total de pontos de atendimento | 1.803 | 1.819 | 0,9% |
| Número de empregados | 55.529 | 55.438 | -0,2% |
| Empregados por agência | 35,4 | 34,6 | |
| Empregados por total de pontos | 30,8 | 30,5 | |

Fonte: Relatórios da Administração
Elaboração: DIEESE - Subseção FENAE

das a estados e municípios. A aquisição de carteiras de crédito imobiliário de outros bancos também se situa entre os negócios de resultados e objetivos questionáveis. Discute-se, sobretudo, se tais atividades estariam, de fato, em conformidade com o papel da Caixa, de instituição pública voltada para o desenvolvimento social.

Aplicações Análise da assessoria técnica do Dieese - Subseção FENAE, ressalta que o perfil das aplicações da Caixa é fortemente influenciado por uma "maciça participação" em aquisição de carteiras imobiliárias, com aplicações da ordem de R\$ 9,9 bilhões em carteiras do Econômico, Banorte, Meridional, Caixa, Minascaixa, Baneb, Sulcaixa, Cohab/RS, Bandep, entre outros, e também pelo "volume significativo de operações refinanciadas" para estados e municípios, que chegaram a R\$ 13 bilhões.

O peso expressivo desse tipo de aplicação é tido como decorrência da missão do banco de "auxiliar à política de crédito do governo federal". A assessoria técnica do Dieese explica que as aquisições de carteiras imobiliárias se deram com recursos do Proer, do Banco Central e com recursos próprios da Caixa, sendo a maior parte do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

As operações de crédito respondem por dois terços do ativo total da Caixa. Entre elas estão ainda os financiamentos habitacionais, com R\$ 40,3 bilhões, e os financiamentos de

infra-estrutura e desenvolvimento, que alcançaram R\$ 5,5 bilhões. Na área habitacional, a empresa afirma ter sido adotada uma política de "pulverização de crédito", visando atender o maior número possível de clientes, simultaneamente à "diluição de risco".

O deputado federal e empregado da Caixa Wellington Dias (PT-PI), condena a aquisição de carteiras imobiliárias de outros bancos por entender que o negócio tem por finalidade resolver problemas de banqueiros falidos ou viabilizar a privatização de bancos estaduais. Tanto em um caso como em ou-

tro não estariam sendo levados em conta os interesses da sociedade e sim os objetivos políticos do governo.

Na opinião do vice-presidente da FENAE, José Carlos Alonso, os programas de reestruturação administrativa e financeira do setor público são típicos do Tesouro Nacional e muito pesados para um banco implementar. Além de "envolverem negociações de cunho político, o que torna difícil a adaptação por parte da instituição financeira". A seu ver, o governo deveria buscar formas de financiamento que não comprometessem recursos da



A maior agência bancária da América Latina é um bom exemplo do esforço dos empregados da Caixa

CAIXA

Operações de crédito: destinação, qualidade e risco

Caixa, por se tratar de operações não-reatíveis, de longo prazo e retorno pouco seguro. "Isso fragiliza a instituição bancária".

Outro aspecto questionado nos programas de reestruturação são as demissões de trabalhadores por parte dos governos, o que torna ainda mais estranha a injeção de recursos por um banco público que deveria estar direcionando créditos e esforços para solução de problemas sociais. Alonso lembra que a maioria dos recursos que a Caixa capta no mercado já tem destinação legal e que a parcela de sua livre escolha para investimentos é insuficiente para esse tipo de aplicação. Essa é uma forma de dizer que a empresa "deveria canalizar seus investimentos para programas com potencial de geração de emprego" e não para a reparação de problemas gerados por políticos que levaram estados e municípios a uma situa-

ção falimentar e que estão a exigir a demissão de servidores.

O vice-presidente da FENAE acha que também os refinanciamentos na área de infraestrutura e desenvolvimento precisam ser revistos, para que haja maior rigidez quanto à garantia de retorno e a capacidade da Caixa de realizar novos investimentos não seja prejudicada. "Embora sejam contabilizados como receita, esses refinanciamentos se tornaram uma bola sem fim, de retorno incerto", observou.

Também, neste caso, os recursos que não retornam prejudicam a geração de emprego através de novos financiamentos.

FMI O deputado Wellington Dias acha que os resultados da Caixa poderiam ser muito mais expressivos, não fosse o fato de a empresa estar sendo colocada na condição de "FMI do Brasil". A diferença, diz ele, é que ela realiza empréstimos sem ter garantia de ressarcimento. "O governo autoriza emprésti-

| Contas | Valores | | | Participação | |
|---|-----------|-----------|----------|--------------|-------|
| | 1997 | 1998 | Variação | 1997 | 1998 |
| Destinação | | | | | |
| Operações de crédito setor privado | 1.223,0 | 1.215,4 | -1% | 1,7% | 1,6% |
| Operações de crédito setor público | 8.249,0 | 5.997,2 | -27% | 11,7% | 7,9% |
| Financiamentos habitacionais | 37.915,3 | 40.276,6 | 6% | 53,6% | 53,1% |
| Financ.infra-estrutura e desenvolvimento | 4.167,6 | 5.555,2 | 33% | 5,9% | 7,3% |
| Operações refinanciadas - Lei n.º 8.727/93 | 12.333,5 | 12.977,5 | 5% | 17,4% | 17,1% |
| Aquisições de direitos creditórios | 6.882,1 | 9.874,9 | 43% | 9,7% | 14,0% |
| Qualidade e Risco | | | | | |
| Créditos em atraso (CA) | 0,0 | 0,0 | - | | |
| Créditos de liquidação duvidosa (CLD) | 546,9 | 1.496,4 | 174% | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.886,8) | (3.008,1) | 59% | | |
| CLD /total de operações de crédito | 0,77% | 1,93% | - | | |
| CLD / patrimônio líquido | 11,78% | 41,77% | - | | |
| Provisão p/ créd. liq. duvidosa / CA + CLD | 345,01% | 201,03% | - | | |

Obs.: Nas contas de Qualidade e Risco, o Total de Operações de Crédito aparece com o valor integral daquelas contas, ou seja, sem descontar as provisões.
Fonte: Balanço - Elab.: DIEESE - Subseção FENAE

mos em troca de privatização e quem fica com o ônus é a Caixa. É preciso ter cuidado com isso, porque ninguém vai decretar a falência do Tesouro. A culpa por operações desastrosas vai acabar recaindo sobre a empresa pública que as efetivou", alerta o parlamentar.

"Wellington lembra que a falta de definição de recursos orçamentários forçou, por exemplo, a que a Caixa, seguindo política de governo, realizasse investimentos na área habitacional com recursos captados no mercado, sobretudo durante o período de 90 a 94. "Com o arrocho salarial e o aumento do desemprego, milhares de cidadãos ficaram sem condições de cumprir os contratos e, mais uma vez, a Caixa ficou na obrigação de assumir um atitude antipática, a de executar o mutuário, passando também a ser vista como uma agência de leilões".

O parlamentar destaca a "força do segmento comercial da Caixa", que, a seu ver, corre o risco de ser alcançado pela privatização desejada pelo governo. "O próprio Comif abriu a perspectiva de desmembramento da empresa, separando área comercial, atividades de banco de fomento e operações típicas de banco de segunda linha, em que prevalecem os financiamentos a longo prazo (tipo BNH). Isso facilitaria a transferência da parte lucrativa para a iniciativa privada".

Na avaliação de Wellington Dias, é o "casamento" do banco comercial com o banco social que faz com que a Caixa não dependa de recursos do Tesouro e ainda viabilize as condições para a prestação de serviços aos segmentos populares que não têm acesso a outros bancos e também para a implementação de políticas sociais. Ele está apresentando projeto de lei que torna obrigatória a apreciação pelo Congresso de qualquer iniciativa governamental envolvendo transferências acionárias ou operacionais nos bancos públicos, incluindo empresas coligadas.

Só as despesas com pessoal caíram em 98



Agência Azevedo

A Caixa encerrou o ano de 98 com 55.438 empregados efetivos, contra 55.529 no ano anterior. O número de bancários por ponto de vendas ficou em 30,5. Enquanto a redução das despesas com pessoal atingiu 5,9%, as outras despesas administrativas sofreram acréscimo de 25,4%.

De acordo com parecer da assessoria técnica do Dieese - Subseção FENAE, a redução das despesas com pessoal está relacionada à falta de reajuste e ao não-pagamento de abono em 98. Houve abono em 1997 e o último que foi pago, de R\$ 1.000,00, ficou para o exercício de 99.

A implantação do novo PCS refletiu apenas a política da administração, de promover uma adequação às referências de mercado. Como a avaliação era de que os salários de caixas executivos e escriturários estavam acima da "realidade do mercado", enquanto os da área gerencial encontravam-se em patamar inferior, a lógica do PCS foi a de realizar uma transferência de custos com pessoal entre os segmentos.

Por conta da avaliação de que o PCS anterior permitia o crescimento da remuneração

por empregado, houve a quebra de direitos até então assegurados, como as promoções por antiguidade e merecimento e os adicionais por tempo de serviço.

O movimento dos empregados se posicionou contrário tanto à retirada de garantias até então vigentes como à quebra da isonomia de direitos entre os empregados antigos e os novos. Em São Paulo, por exemplo, onde foi lotada maior parte do pessoal do último concurso, a discriminação já se faz sentir de forma cruel. As despesas com saúde dos novos empregados têm cobertura de apenas 50% do programa da empresa (PAMS), o que representa ônus significativo para os técnicos bancários, cujos salários foram rebaixados em relação à função equivalente no PCS que estava em vigor.

Para Carlos Caser, ex-presidente da FENAE, o que está havendo é uma adequação da política de pessoal e recursos humanos da Caixa ao que se pratica nos bancos privados. A perspectiva de carreira, típica de um banco público com destacado papel social, estaria sendo substituída pela fórmula do empregado descartável, com incentivo apenas aos executivos. "Estão adotando procedimentos iguais para situações diferentes", enfatiza Caser.

Passe bem o ano 2000

FEDERALCAP 2000

é um novo título
de capitalização.

Você paga só uma vez
e concorre a 5 prêmios
de R\$ 20.000,00 todo
mês, durante 24 meses.

E ainda pode ganhar
o superprêmio de

R\$ 500.000,00

na virada do
ano 2000.

FEDERALCAP 2000 a virada do século

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FEDERAL
CAP
CAPITALIZAÇÃO DA CAIXA



No rumo da cida

Posse da nova diretoria renova compromisso de que a FENAE se manterá ao lado dos

Foi a comemoração da democracia e da participação. A posse da nova diretoria da FENAE, no dia seis de maio, marcou o compromisso de que a Federação permanecerá ao lado dos empregados da Caixa e também estará presente no dia-a-dia da sociedade.

"A eleição direta propicia que estejamos debatendo com cada empregado da Caixa. Nas visitas às unidades, olhamos nos olhos de milhares de empregados", destacou o novo presidente, Carlos Borges. A FENAE é uma das poucas entidades

nacionais de classe a realizar eleição direta para renovar sua direção.

E a eleição do dia 18 de março mostrou a participação expressiva dos empregados. A

gestão recém-empossada recebeu 11.436 votos. Em todo o país, foram 29.136 votantes. A posse solene foi dada pelo Conselho Deliberativo Nacional da FENAE, cujo novo presidente é Valmir Gôngora (APCEF/SP).

Emocionado, Borges falou do apoio de sua mulher, sua mãe e suas filhas. Também agradeceu a presença de quatro mulheres com muita história de luta na nova gestão (leia relação completa da nova diretoria no expediente dessa edição).

Uma menção especial foi dada ao presidente que deixa a Federação, Carlos Caser. Durante os seis anos em que Caser esteve à frente da entidade, lembrou Carlos Borges, "a FENAE ultrapassou o cor-



daniania

empregados e da sociedade

porativismo, mostrando que os empregados da Caixa, isolados da sociedade, não produzem cidadania".

Abertos à sociedade, no entender do novo presidente da FENAE, os empregados da Caixa terão maior apoio e solidariedade na campanha em defesa da empresa, contra as tentativas de privatização e enxugamento. A ação que Caser iniciou frutifica agora com a união de todos os segmentos do movimento da Caixa junto com outras entidades de trabalhadores.

Essa gama de atores sociais esteve presente na posse. Deputados federais, como Wellington Dias (PI), Ricardo Berzoini (SP) e José Pimentel (CE), do PT; o vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Vaccari Neto; presidentes de APCEFs, sindicatos de bancários e entidades de outras categorias; representantes das entidades dos empregados da Caixa, em especial dos aposentados; os diretores eleitos pelos empregados na FUNCEF e na SASSE; e representantes dos parceiros da FENAE na Corretora e na Fenaetur.

Foi a essas pessoas que Carlos Caser dirigiu uma saudação especial, "emocionado com a representatividade desta posse, que espelha a importância adquirida pela FENAE". O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, enviaram mensagens à nova diretoria.

"A FENAE deve permanecer ao lado dos empregados. Se a nova diretoria perseguir esse objetivo, tem tudo para obter sucesso, apesar das dificuldades serem grandes", disse Caser.

Trabalho dos empregados é homenageado com placas

Dois importantes colegas de trabalho e companheiros de jornada foram homenageados pela FENAE durante a solenidade.

O professor Orlando Martins Pinto, membro da recém-encerrada gestão da Federação, faleceu no dia quatro de fevereiro, no Rio de Janeiro. O professor estava na Caixa desde 1937, tendo exercido as mais diversas funções na empresa. Tam-

bém dava aulas de contabilidade na Fundação Getúlio Vargas e foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade (RJ).

Uma placa comemorativa foi entregue por Carlos Caser a Guiomar Ribeiro Martins Pinto, esposa do professor.

Agnaldo Azevedo



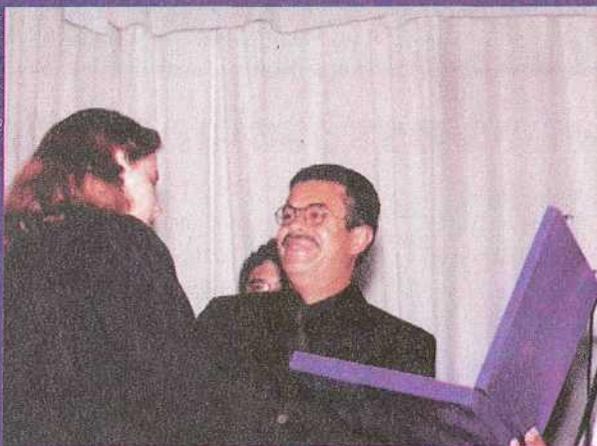
Uma homenagem da FENAE a Orlando Martins Pinto

Menos de um mês depois, em dois de março, faleceu o companheiro Lucas Antunes, que foi diretor das associações do pessoal da Caixa em Minas Gerais e Goiás.

Lucas também foi um dos fundadores do PT em Minas Gerais. Na Caixa, foi um dos líderes do movimento que lutou e conquistou as seis horas de jornada para os trabalhadores da empresa.

Emocionada, a filha de Lucas, Janaína Barros, leu uma mensagem a seu pai ao receber a placa do diretor Antônio Bráulio de Carvalho.

Agnaldo Azevedo



Família de Lucas Antunes recebe placa comemorativa

Em função da posse recente da nova diretoria da FENAE, que está promovendo uma reestruturação na Federação, a próxima edição de FENAE AGORA sairá com atraso, chegando aos seus leitores no início de julho.

Há 28 anos ...



Previdência Social em debate

O ministro do Trabalho é da Previdência Social, Júlio Barata, recebe em audiência representantes da FENAE (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal), no dia 10 de novembro de 1972. Estiveram presentes o segundo vice-presidente da Federação, Olindo Maia, e o vice-presidente do Conselho Deliberativo da entidade, Waldimar de Oliveira.

Os dirigentes solicitaram ao ministro uma posição oficial a respeito de notícias divulgadas nos jornais a propósito da integração dos serviços médicos dos órgãos previdenciários do país. Júlio Barata informou então que não havia qualquer preocupação de sua pasta em alterar a estru-

tura e o funcionamento do Sasse (Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economizáveis), que mais tarde foi desmembrado, dando origem ao PMPP (Plano de Melhoria de Proventos e Pensões) e à FUNCEF (Fundação dos Economizáveis Federais).

Na audiência com a FENAE, o ministro declarou ter havido por parte da imprensa interpretação diferente daquilo que se pretendia. Tão logo saiu do encontro, ele deu entrevista à TV



de Brasília, dirimindo dúvidas porventura existentes. "O que haverá mesmo é o intercâmbio de serviços", assegurou.

NOSSOS PERSONAGENS

Latifundiários assassina líder rural em Goiás

O movimento dos trabalhadores rurais em Goiás tem como símbolo de resistência o "cantador popular" Nativo da Natividade Oliveira, assassinado aos 32 anos, na cidade de Carmo do Rio Verde, 200 quilômetros ao norte de Goiânia, a mando de proprietários de terras e políticos da região do Vale do São Patrício.

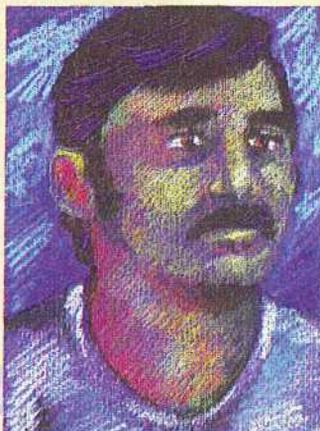
Nativo da Natividade era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde e foi alvejado com cinco tiros na porta da sede da entidade, no dia 23 de outubro de 1985.

Sua morte foi uma resposta ao sindicalismo independente e atuante. Nativo foi dirigente de comunidades de base da Diocese de Goiás e passou a trabalhar pela reno-

vação do movimento sindical, chegando à direção nacional da CUT já no congresso de fundação da central, o que fez explodir a ira de seus inimigos políticos.

Presos, os pistoleiros contaram que o assassinato foi encomendado pelo prefeito da cidade, Roberto Pascoal Liérgio, e pelo presidente do sindicato dos proprietários rurais, Geraldo dos Reis Oliveira. A contratação dos assassinos foi feita por Genésio Pereira da Silva.

Por ser prefeito à época do assassinato,



Roberto Pascoal não foi a júri popular e conseguiu a absolvição no Tribunal de Justiça de Goiás. Os juizes aceitaram a mudança do depoimento da principal testemunha, a cozinheira de Geraldo dos Reis, que afirmara antes ter presenciado a reunião onde foi tramada a morte de Nativo.

Geraldo dos Reis e Genésio Pereira não puderam fugir do júri popular. Ambos foram condenados a 13 anos de prisão, mais ainda não foram parar atrás das grades — eles recorreram da sentença e o processo ainda não foi concluído.



Recuperação, só nas manchetes

■ *Aloysio Biondi*

Puxa vida, hem? Olha só as manchetes cor-de-rosa deste abençoado país: safra agrícola recorde, recuperação da indústria, saldo positivo para o Tesouro e até, quem diria, "reconquista" da credibilidade internacional. Outro "milagre" brasileiro? Não. Continuação da farsa dos últimos anos—até que venha uma nova crise do real, ou, antes dela, uma explosão das tensões sociais ampliadas pelo desemprego na faixa dos 20%, segundo o Seade/Dieese. Qual é a realidade brasileira?

Indústria

Enganosamente, compara-se o desempenho de março com os resultados de fevereiro, mês com menos dias e de retração total da economia, desorganizada com a derrocada do real. Mas, na comparação com março de 1998, há uma queda na faixa dos 8% e 10%. Detalhe: ironicamente, a Petrobras, vítima de uma conspiração do governo, continua a ajudá-lo. Como assim? A produção de petróleo vem crescendo continuamente—e ela é incluída nas estatísticas do desempenho da indústria, já que o setor tem a classificação oficial de "indústria extrativa mineral". Se não fossem os resultados positivos da Petrobras, para compensar a queda de outros segmentos, as estatísticas industriais seriam ainda piores.

Vendas

Diz-se que as vendas dos supermercados cresceram em fevereiro e março. Mesmo? Esse movimento é medido com base no faturamento, isto é, valor das vendas—e ele subiu nos dois meses em função dos aumentos de preços generalizados (inclusive de produtos não-importados) após a desvalorização do real. O melhor termômetro da tendência das vendas em geral voltou a ser o número de consultas ao Telecheque e Serviço de Proteção de Crédito. Em São Paulo, as consultas

do comércio ao SPC desabaram praticamente 25% na abertura do mês de abril. Isto é, mesmo depois de passado o "trauma psicológico", o consumidor sofreu com a desvalorização do real.

Polianas

Nenhum economista mentalmente sadio pode supor que a economia de qualquer país possa entrar em "recuperação" sem que haja capacidade de consumo—demanda, encomendas à indústria e gastos com serviços. Nada mudou no Brasil, para justificar qualquer aumento na capacidade de consumo. Ao contrário. O avanço do desemprego continua a reduzi-la. Somente Pohanias incorrigíveis podem falar em "superação" da recessão.

Agricultura

Claro que a comercialização das safras agrícolas, ao injetar dinheiro na economia, poderia dar um impulso nos negócios da indústria e comércio—ainda que passageiro. O governo anunciou uma safra recorde, de 84 milhões de toneladas (como tinha anunciado uma "safra recorde em 1998, que não se concretizou. Como tinha anunciado uma safra recorde em 1997, que...). A previsão escondeu um engodo, ao qual a imprensa, mais uma vez não atentou. Qual era? A safra do Centro-Sul cresceria apenas 3,5%. O grande "salto", de 20%, era esperado para o Nordeste, que o governo havia decidido considerar "livre da seca". Não estava. A safra nordestina sofrerá "quebra". Pior ainda: La Ninã provocou estragos também nas colheitas do Rio Grande do Sul.

Renda falsa

Além da safra recorde, o governo previa um "salto" na renda dos agricultores, graças ao aumento dos preços (em reais) trazido pela desvalorização do real. Mas os preços agrícolas estão em queda, por influência do desabamento das co-

tações internacionais, resultante de supersafras mundiais (a Rússia, devido à seca, colheu 48 milhões de toneladas de cereais em 1998. Este ano, obterá 22 milhões de toneladas a rnaís). O faturamento dos agricultores será inferior ao previsto. E, para agravar, um problema: os produtores devem US\$ 4 bilhões aos fornecedores de fertilizantes, inseticidas, fungicidas. Pagarão muito rnaís, por essas dívidas, por causa da queda do real. Porque recorrem aos fornecedores? Porque não houve praticamente crédito rural para o plantio da safra deste ano. Segundo o insuspeitíssimo economista José Roberto Mendonça de Barros, ex-equipe do governo, é "falso" o valor de R\$10,5 bilhões que Brasília diz ter emprestado à agricultura. Daquela cifra, R\$ 7 bilhões foram apenas "rolagem" das dívidas agrícolas renegociadas. Sobraram de dinheiro para o plantio, mesmo, apenas R\$3,5 bilhões. Tudo somado, preços menores e gastos maiores, a agricultura terá uma renda abaixo do previsto, sem fôlego para ativar a demanda.

Não haverá recuperação da economia sem criação de poder de consumo. Demanda. Reajustes do salário mínimo e aposentadorias, e mesmo abono salarial para a massa de trabalhadores, seriam um bom começo para a reversão da política recessiva que o governo FHC abraçou.

PS

E a recuperação de "credibilidade internacional", refletido,—segundo as manchetes—na colocação de US\$ 2 bilhões em bônus no exterior? Vergonha. O Brasil vai pagar as taxas de juros rnaís altas dos últimos 176 anos: 11,88%. Mais que o dobro das taxas internacionais.

Iso não é "confiança". É esfolo. Baile de Ilha Fiscal.

Aloysio Biondi,
jornalista



Capa

O conluio e quarto pod

■ *Marcio Sardi*

REDE RECORD

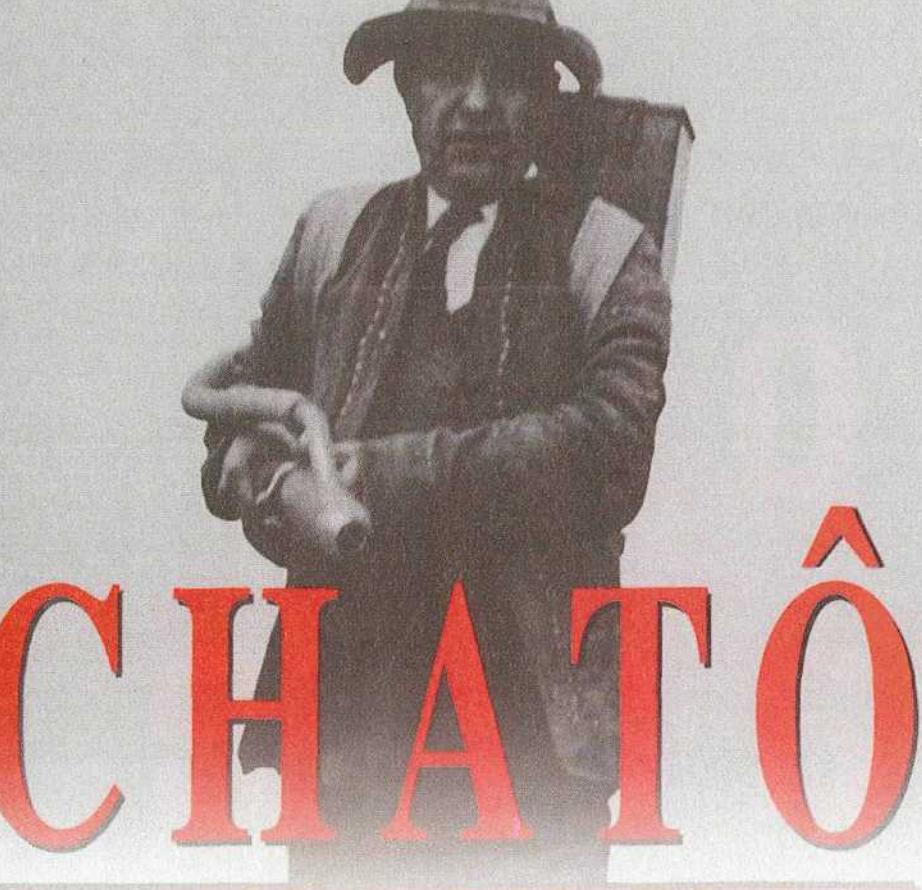
sbt

FA 18 maio/99

Entre o Poder e a elite

A intimidade das empresas de comunicação com o governo e as elites decorre da maneira como são

"distribuídas" as concessões para rádios e TVs, dos favores financeiros praticados pelo Executivo de plantão e da contrapartida de propaganda oficial a que somos submetidos todos os dias pelos jornais que se autointitulam isentos, mas não o são



CHATÔ

Lucros milionários e publicidade sempre farta estão presentes no dia-a-dia dos principais veículos de comunicação do país, apesar de não serem tema de matérias na televisão, nem ocuparem a primeira página dos jornais. O quarto poder pode não estar sendo objeto de CPI, como o Judiciário, mas suas relações estão longe da transparência.

Somente a Globo, SBT, Bandeirantes, Record e Central Nacional de Televisão (CNT), juntas, tiveram receita operacional líquida superior a R\$ 6 bilhões em 97. Nas empresas voltadas apenas ao jornalismo impresso a situação não é diferente. A Abril, que edita a *Veja*, revista de maior circulação no país, teve lucro de R\$ 36 milhões em 97, para uma receita de R\$1,68 bilhão.

No entanto, a dívida da Rede Manchete, que chega a R\$ 620 milhões, revelou que nem tudo vai bem no reino dos grandes impérios nacionais de comunicação. Por trás da tela ou nas entrelinhas das páginas impressas, os

veículos foram obrigados a apelar para o corte de custos, demissões e empréstimos. O maior vilão foi a aposta no real valorizado, com o qual as empresas fizeram empréstimos em dólar no exterior.

O SBT, por exemplo, praticamente extinguiu seu departamento de jornalismo, demitindo quase 300 profissionais nos últimos dois anos. Por "sorte", a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatei) resolveu considerar "Programa do Ratinho", "Jô Onze e Meia" e "Hebe" como programas jornalísticos. Caso contrário, a emissora não teria como comprovar 5% de jornalismo diário, como manda a legislação. Mas Sílvio Santos vai bem, obrigado. O grupo que leva seu nome teve lucro líquido de R\$ 102,9 milhões em 97.

As demissões também chegaram à Bandeirantes, CNT e diversas outras empresas. A Record, terceira maior rede de televisão do país em audiência, foi a única com resultados expressivos, praticamente

dobrando seu faturamento de 97 para 98.

Exatamente por ser a maior, a Globo dá mostras de ter sentido mais o problema. A propaganda institucional, crescente, diz o contrário. Quatro páginas no jornal *O Globo*, na última semana de abril, informaram que a Rede Globo tem os primeiros lugares em audiência, reservando posições baixas às emissoras concorrentes. O site da rede na Internet lembra que "a Globo cobre praticamente todo o território nacional, sendo vista por 99,84% dos 5.043 municípios brasileiros".

A empresa, a 12º maior do mundo em comunicação, diz mais sobre si. "Os números da Rede Globo são prova definitiva de seu crescimento: 113 emissoras entre geradoras e afiliadas, 74% de audiência no horário nobre, 56% no matutino, 59% no vespertino e 69% de audiência no horário noturno. No mercado publicitário, a participação da Globo corresponde a 75% do total de verbas destinadas à mídia televisão. Além da TV Globo do Rio de Janeiro, da editora própria, jornal e revista, o grupo tem participação em 17 emissoras de televisão, 20 de rádio, televisão a cabo, e outros empreendimentos, de acordo com informações de 1997 do pesquisador "Venício Lima, coordenador do Núcleo de Estudos de Mídia e Política da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em comunicação pela Universidade de Illinois (EUA).

No site da Globo, porém, não se encontram informações sobre os problemas da Globopar, holding que controla todos os negócios da família Marinho. A gerente de Relações com a Imprensa da Rede Globo, Isabel Magalhães, também não respondeu

as ligações da reportagem de FENAE AGORA.

A Globocabo fechou 98 com prejuízo de R\$ 270 milhões, triplicando o mau resultado de 97. Os reflexos da crise, segundo Paulo Sérgio Vieira, da TV Crítica (página na Internet dedicada à mídia), incluem o corte de investimentos na rede. Dois exemplos pro-saicos mostram bem a situação. A emissora já não grava capítulos iniciais de novelas no exterior, o que era praxe, e o seriado "Mulher" deixou de ser gravado em película, perdendo qualidade. Junto dela, a Globo perdeu audiência. Além disso, dezenas de profissionais foram demitidos.

O jornal O Globo também reestruturou gastos. Comunicado interno da diretoria de administração limita custos com treinamento em 65% do orçamento original, viagens (50%), horas extras (25%), telefone (10%) e material de escritório (50%).

Privilégios A Globo, ao lado de outras 90 empresas nacionais, foi

alvo ainda das preocupações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que montou uma operação de resgate a títulos emitidos no exterior, O banco fez uma operação camarada em que pode sair com prejuízo de R\$ 520 milhões e, por isso, está sendo questionado na Justiça.

O BNDES
está ajudando
a salvar a
Globo
FA

Não é de hoje que o governo presta auxílio de porte às empresas de comunicação. Segundo o jornalista, professor e escritor baiano Sérgio Mattos, doutor em comunicação pela

Universidade do Texas, "os impérios de comunicação no Brasil foram construídos sob o beneplácito e apoio direto dos governantes, ou então por tráfico de influência política".

Ele acrescenta que "a ajuda oficial apresenta-se sob várias facetas": concentração da publicidade oficial em poucos veículos, financiamentos a juros baixos e outros. Mattos detalha esse processo no livro "O controle dos meios de comunicação", cuja íntegra está disponível na Internet, em www.sergiomattos.com.br.

Mattos considera "ingenuidade", assim, imaginar que o apoio governamental aos veículos não resulte em contrapartida política. "Até porque, como se trata de concessão, nenhum governo concedia rádio ou televisão a um inimigo político ou a grupo contrário antes de 1988", acrescenta.

Mesmo após a Constituição Federal de 88, que determinou a licitação para a concessão de emissoras, a situação não se alterou muito, segundo o pesquisador baiano. A diferença é que as concessões passam pelo crivo político da Câmara dos Deputados. "O processo de concessão mudou, mas apenas sobre o ponto de vista de que antes uma ou duas pessoas decidiam e agora quem decide é o Congresso e o presidente sanciona", ironiza Mattos.

Políticos governistas dominam as rádios e TVs

A Rede Globo de Televisão é uma emissora irregular. Emílio Cid, sócio de rádio comunitária, lembra que a lei que regulamenta as concessões de emissoras determina nova licitação, mesmo para empresas que já estejam no ar. A lei entrou em vigor no início de 98.

Até agora, não se tem certeza sobre a eficácia da medida. A irregularidade da Globo talvez seja indício de que falta certo aprimoramento. Mas ao menos a situação já está melhor que na década passada. Pesa sobre o ex-presidente José Sarney a denúncia da distribuição de centenas de concessões a políticos em troca de mais um ano de mandato.

O professor baiano Sérgio Mattos estima que "mais de 50% dos veículos eletrônicos estão nas mãos de políticos". São a própria família Sarney no Maranhão, os Magalhães na Bahia, os Collor em Alagoas, os Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte, e tantas outras famílias políticas e comunicativas. "Quanto mais influente é o político mais veículos tem a seu dispor", lamenta Mattos.

O professor não acredita, no entanto, que políticos usem "laranjas" para obter mais concessões indiretamente. Ele explica que é preciso comprovar condições financeiras junto ao Ministério das Comunicações. "As concessões não são dadas a qualquer pessoa ou pobretão que nada possui", brinca Mattos.

A relação entre os políticos e o governo se torna mais íntima, por outro lado, no campo das idéias, de acordo com o pesquisador Nelson Jahr Garcia, da Universidade de São Paulo. "Ao conceder licença de funcionamento a uma emissora o governo adquire impunidade perante ela", ironiza. Isso também acontece em relação aos anunciantes.

As rádios que buscam espaço

As rádios comunitárias crescem e assustam os impérios que se amparam em leis caducas

A proliferação das rádios comunitárias incomoda a Rede Globo. Ao menos é o que deixou transparecer matéria no *Jornal Nacional* do último dia 23 de setembro, segundo a qual as transmissões das rádios colocariam em risco as manobras nos aeroportos.

A ameaça, de acordo com a matéria, pairava sobre 22 aviões em São Paulo, toda semana, em média. Como não se tem notícia de tamanho desastre, a informação foi contestada por entidades ligadas ao movimento das rádios comunitárias.

Uma das cinco mil rádios com essas características no Brasil é a 97 FM, do Instituto Cultural Linha 1, em São Vicente (SP). A

maioria das emissoras é proibida por lei. A 97 FM sobrevive já há três anos e meio amparada por liminar. Outros 10% das cinco mil emissoras seguiram o caminho judicial.

Emílio Cid, um dos responsáveis pela 97 FM, acredita que a lei deve ser aprimorada para facilitar novas experiências no Brasil. Hoje, um dos principais problemas é a limitação da potência das emissoras. "A lei brasileira determina uma coisa absurda, o alcance máximo de mil metros", informa.

Os deputados federais petistas Fernando Ferro (PE), Jaques Wagner

(BA) e Milton Mendes (SC) também pensam assim e elaboraram análise sobre a lei que regulamenta as rádios comunitárias (a lei 9.612/98). Eles a consideram um avanço, mas que ainda não atende aos interesses da sociedade.

Quando se fala em rádio comunitária, já se pensa em rádio pirata. No entanto, são termos que identificam manifestações distintas. E há ainda outros conceitos.

Rádio pirata foi o termo usado na

Inglaterra para as primeiras radiodifusões proibidas pelo governo, em 1960. Como as transmissões eram feitas a partir de navios, o conceito surgiu quase que naturalmente. No Brasil, pirata passou a designar todas as estações irregulares, inclusive adquirindo tom pejorativo

através de campanha dos proprietários das grandes emissoras.

Nas rádios livres, a posse do veículo é difusa e secundária. Nas comunitárias, há um interesse de grupo - associações, sindicatos, organizações não-governamentais -, tanto nas idéias difundidas quanto na propriedade do meio. Também existe o conceito das rádios clandestinas, que existem apenas sob regime ditatorial. Fidel Castro e Che Guevara, por exemplo, contaram com auxílio da radiodifusão para tomar o poder em Cuba.

A lei limita a potência das rádios comunitárias

FA

O professor e pesquisador Antônio Hohlfeldt, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), analisa o caminho contrário para chegar à mesma conclusão. Um dos principais motivos para a quebra da TV Excelsior, que não teve sua concessão renovada, foi "a ousadia de resistir à ditadura".

Hohlfeldt estudou com profundidade o documentário "Beyond citizen Kane", traduzido no Brasil para "Muito além da Rede Globo" e também como "Muito além do Jardim Botânico", referência cruzada ao endereço da emissora no Rio de Janeiro e ao filme "Muito além do jardim", em que Peter Sellers é um jardineiro idiotizado pela TV. O título em inglês, aliás, evoca as semelhanças de trajetória entre Roberto Marinho e o magnata da comunicação retratado por Orson Welles em "Citizen Kane", presença obrigatória nas listas dos melhores filmes de todos os tempos.

Segundo o pesquisador gaúcho, o filme "tem sido divulgado como o documentário em torno da Globo e de seu multipoderoso proprietário, Roberto Marinho". Hohlfeldt vai além. Para ele, isso acontece apenas porque a emissora "é a exemplificação mais cabal e radical da política de telecomunicações brasileira". Poder que foi comprovado, inclusive, no episódio da proibição de exibição do documentário no Brasil.

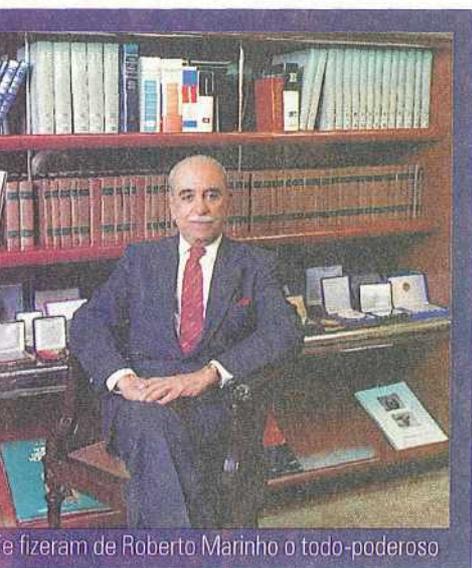
O professor acredita que o documentário "pretende denunciar a maneira palaciana pela qual Marinho ou Adolpho Bloch (Manchete), Sílvio Santos ou Saad (a família proprietária da Bandeirantes), cada um pegou sua fatia". O "Kane tropical" é Marinho não por ser "pior ou melhor que qualquer outro", mas apenas por ter sido "mais competente e eficiente, alcançando melhores resultados em suas manobras".

O jornalista baiano Sérgio Mattos lembra, a propósito, que Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, chegou a concentrar mais poder, na metade do século, que Roberto Marinho tem hoje. Hohlfeldt, por sua vez, considera que o governo, hoje, tem maiores interesses políticos em relação à



Globo
" e x a t a -
mente pelos per-
centuais de audiência
que atinge, garantia de que a
mensagem governamental chegará
ao destino". Para a emissora, em contra-
partida, a audiência "dá um poder de bar-
ganha inigualável, transformando-a numa
espécie de poder paralelo".

Edição Baluarte do quarto poder, a
Globo é aliás acusada pela es-
querda de eleger um presidente. O crime em
questão foi a edição do Jornal Nacional que,
às vésperas da eleição presidencial de 1989,
mostrou os melhores momentos de Fer-
nando Collor e os piores de Lula. "O debate



aconteceu tarde da noite, a reprodução edita-
da foi transmitida em horário nobre", lembra
o pesquisador Nelson Jahr Garcia, doutor
em comunicação pela Universidade de São
Paulo. "Mas seria um exagero pretender que
a 'vênus platinada' fosse honesta com relação
ao candidato do PT", ironiza.

Para Emílio Cid, militante paulista de rádios
comunitárias, "Lula foi vítima de uma trapaça do

Jornal
Nacional".
Cid enfatiza que
não é petista, mas reforça
que "a Globo mostrou os piores
momentos de Lula".

A força da mídia não se manifesta so-
mente na política. A televisão, principalmente,
parece ser o principal instrumento para manter
o status quo capitalista. Quem desenterrou essa
raiz do sistema global foi Karl Marx - ele mes-
mo - ao dizer: "aqueles que detêm os meios de
produção material detêm também os meios de
produção intelectual".

E, segundo Jahr Garcia, a mídia escrita,
tanto quanto o rádio e a televisão, tem se espe-
cializado em **difcultar** a formação de uma
consciência das condições sociais. As infor-
mações são divulgadas de maneira "rápida,
fragmentária e desorganizada". Com isso, "ler
um jornal, ouvir ou assistir a um noticiário aca-
ba por gerar uma saturação e a impressão de se
estar muito bem informado", segundo Garcia. Ledo engano.
"A falta de relação ente as inú-
meras notícias determina que
permaneçam memorizadas
por curtíssimo espaço de tem-
po ou, no mínimo, que fiquem
gravadas como elementos iso-
lados e, portanto, sem significa-
do", analisa.

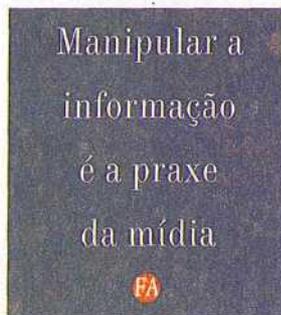
O pesquisador da USP
avalia que "a expansão dos meios de comuni-
cação permitiria atingir um contingente maior
da população, numa tentativa de envolvê-lo
pela ideologia dominante e 'vaciná-lo' contra

qualquer outra forma de encarar sua realidade".
Esse desenvolvimento, observa ele, foi patroci-
nado pela ditadura militar a partir da década de
60, como resultado "da decisão de investir no se-
tor por razões econômicas e políticas"

Time-Life É nessa época, por exem-
plo, que a Globo (sempre
ela) nasceu e se consolidou como a potência
maior da comunicação nacional. A empresa ig-
norou até mesmo a Constituição de 46, ao as-
sociar-se ao grupo norte-americano Time-Life
para criar seu primeiro canal de televisão. O ar-
tigo 160 daquela Constituição permitia apenas
a brasileiros natos o direito de propriedade de
empresas jornalísticas.

Primeiro, as investi-
gações foram barradas no
Congresso Nacional.
Após ser pressionada, a
Câmara retomou o caso
para, em 1968, chegar à
conclusão que o acordo
entre a Globo e a Time-
Life não feria o artigo.
Mesmo assim, a disso-
lução do negócio foi proposta e acatada.

Um dos maiores opositores do acordo foi o
jornalista Genival Rabelo, que reuniu as
denúncias no livro "O capital estrangeiro na





O império da família Civita começou em flagrante desrespeito à lei. Ainda assim prosperou durante a ditadura militar e hoje é o segundo maior do país

imprensa brasileira". Ele também denunciava outras empresas estrangeiras com negócios na imprensa brasileira.

O primeiro caso foi a revista *Seleções*, cuja edição em português, nascida ainda em 1941, fira feita nos Estados Unidos. Rabelo criticava ainda a editora Abril, cujo proprietário, à época, era o "íta-lo-americano" Victor Civita, ex-funcionário do próprio grupo Time-Life.

Hoje, o império dos herdeiros de Civita edita a maior revista do país, *Veja*, com tiragem semanal de 1,2 milhão de exemplares. A Abril teve cinco anos consecutivos de prejuízo até equilibrar o lançamento de *Veja*, em 68.

Força Foi a partir da década de 60 que a televisão ocupou o lugar do rádio como a mídia de massa por excelência. Sérgio Mattos e Emílio Cid, não

concordam que o rádio tenha perdido sua força e influência. Ambos citam que a audiência da TV é maior que a do rádio apenas no horário nobre. Além disso, "o rádio ainda é muito usado para a propaganda política, principalmente para a manutenção da imagem dos políticos".

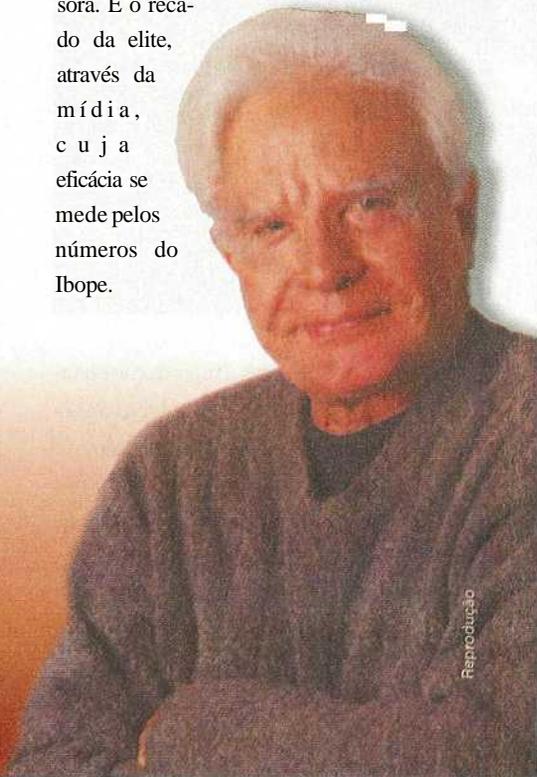
Da mesma forma, a mídia impressa tem seu nicho garantido. Quando a Globo anunciou o lançamento de *Época*, discutia-se em quanto a tiragem de *Veja* iria cair e, mais ainda, se *Isto É* deixaria de existir.

Ambas aumentaram a tiragem e *Época* atingiu 320 mil exemplares semanais.

Ao provar que pode crescer ainda mais, o mercado da comunicação reforça a imagem de quarto poder. Para Emílio Cid, a imprensa é mais que isso: "é o maior poder que existe no Brasil". Ele alerta que essa força "está na mão da elite, que aposta no plano econômico,

reelegeu Fernando Henrique e diz que está tudo bem, está tudo ótimo". O eco dessa concentração econômica, segundo ele, vem sendo ouvido há cerca de 30 anos nas novelas globais. E, mais recentemente, é repetido à exaustão pelo SBT: "Com crise, se cresce!", insiste em apregoar a propaganda institucional da emissora. É o recado da elite, através da mídia, cuja eficácia se mede pelos números do Ibope.

A Time-Life
teve forte
influência
na imprensa
FA



O "império" global deve US\$ 2 bilhões

A crise financeira atingiu várias empresas de comunicação que apostaram alto no dólar

Um espectro ronda a comunicação. A crise financeira atingiu praticamente todos os veículos, dos maiores aos mais humildes. O exemplo mais explorado é o da Rede Manchete, que tem dívida auditada de R\$ 620 milhões. Mas até a poderosa Rede Globo de Televisão cortou gastos e enfrenta dificuldades (confira na matéria principal).

Segundo notícia veiculada em fevereiro pela Bloomberg, importante instituição americana ligada ao mercado financeiro, o império global teria dívidas de US\$ 2 bilhões. Metade deste valor estaria vencendo até o fim deste ano.

A Globo apresentou-se em negar junto a publicações especializadas os boatos sobre a busca de financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para reestruturar seu passivo externo. Segundo a empresa, as dívidas estão equacionadas por seguro cambial e o débito com o BNDES se reduz ao financiamento de operações.

Na última semana de abril, no entanto, eis que o BNDES criou uma empresa somente para emitir títulos para reestruturar a dívida de 90 empresas brasileiras que lançaram bônus no exterior. Entre elas, a Globopar, holding

que controla a Globo, cujas emissões de títulos no exterior atingem hoje US\$ 1,193 bilhão.

A situação da empresa complicou-se pela desvalorização do real, que contribuiu para o aumento dos juros dos eurobônus emitidos e provocou novo prejuízo na Globocabo, que perdeu US\$ 270 milhões em 98. A gerente de Relações com a Imprensa da Rede Globo, Isabel Magalhães, foi procurada durante uma semana mas não retornou as ligações de **FENAE AGORA**.

Outras empresas de comunicação podem se beneficiar com a manobra do banco. O Multicanal tem US\$ 185 milhões em títulos. A RBS, US\$ 175 milhões. A Editora Abril e a Rede Bandeirantes, US\$100 milhões cada. O Estado de São Paulo, US\$ 75 milhões.

Apesar do BNDES negar, a operação é conhecida no mercado como "Proer da dívida privada externa". Cálculos dão conta de que o banco público poderá acabar arcando com US\$ 520 milhões na operação, pela diferença de juros entre os títulos originais e os que emitiu. A operação está sendo contestada pelos deputados petistas Milton Temer (RJ) e Ricardo Berzoini (SP), para os quais "há risco de que toda essa dívida acabe sendo estatizada". Em entrevista coletiva, o presidente do BNDES, Pio Borges, negou a possibilidade de prejuízo.

A fortuna de quem critica os salários dos funcionários públicos

Com salários na faixa dos R\$ 50 mil, os âncoras de telejornais e diretores de redação dos principais jornais podem estar a quilômetros de distância dos apresentadores de programas populares, que recebem vencimentos de seis ou até sete dígitos. Mas estão milhas à frente da imensa maioria dos jornalistas profissionais, cujo piso mal ultrapassa mil reais em poucos estados. Ou então dos tetos salariais no serviço público.

Porém, nenhum desses jornalistas revela quanto ganha. Estima-se que um dos maiores salários seja o de Boris Casoy, âncora do Jornal da Record, que receberia R\$ 200 mil mensais. Fátima Bernardes, em recente entrevista, não quis revelar seus vencimentos. Mas estaria recebendo R\$ 40 mil por mês para apresentar o Jornal Nacional ao lado de seu marido, William Bonner,

O único do qual se chegou a saber o salário, e mesmo assim parcialmente, foi Paulo Henrique Amorim. Ele fechou com a Rede Bandeirantes por R\$ 50 mil mensais, além de um bônus não-revelado por ponto na audiência. No entanto, Amorim durou pouco no Jornal da Band. Sua independência teria contrariado interesses do Banco do Brasil e do Palácio do Planalto.

Em pesquisa de 1997 do instituto Gallup, Amorim foi escolhido como o jornalista de maior credibilidade do país, seguido por Sérgio Chapelin, que coincidentemente hoje cumpre pena longe dos programas de maior respaldo na Globo.

Casoy, que não ganha em credibilidade, vence entre os salários estimados. Talvez seja o resultado de seu bordão "isto é uma vergonha", disparado invariavelmente após cada matéria sobre trabalhadores rurais sem-terra, servidores públicos ou políticos de esquerda.

Democratizar a comunicação é passo decisivo para a cidadania

O Fórum Nacional de Democratização da Comunicação busca "acesso público ao conhecimento e à compreensão do que são e como funcionam as informações"

A busca por democracia na imprensa motivou até mesmo a criação do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, em 1995. A entidade reúne organizações comunitárias, sindicatos e pessoas que lutam pelo "acesso público ao conhecimento e às informações necessárias para uma compreensão das comunicações".

O fórum é resultado de discussões que começaram na década de 70 e ganharam força em 89, quando a mídia contribuiu decisivamente para a vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais.

A parcialidade nas eleições, desta vez no ano passado, foi motivo para documento da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Reunidos em congresso, os jornalistas denunciaram o favorecimento a Fernando Henrique Cardoso, possível entre outros motivos pela falta de democracia nos meios de comunicação.

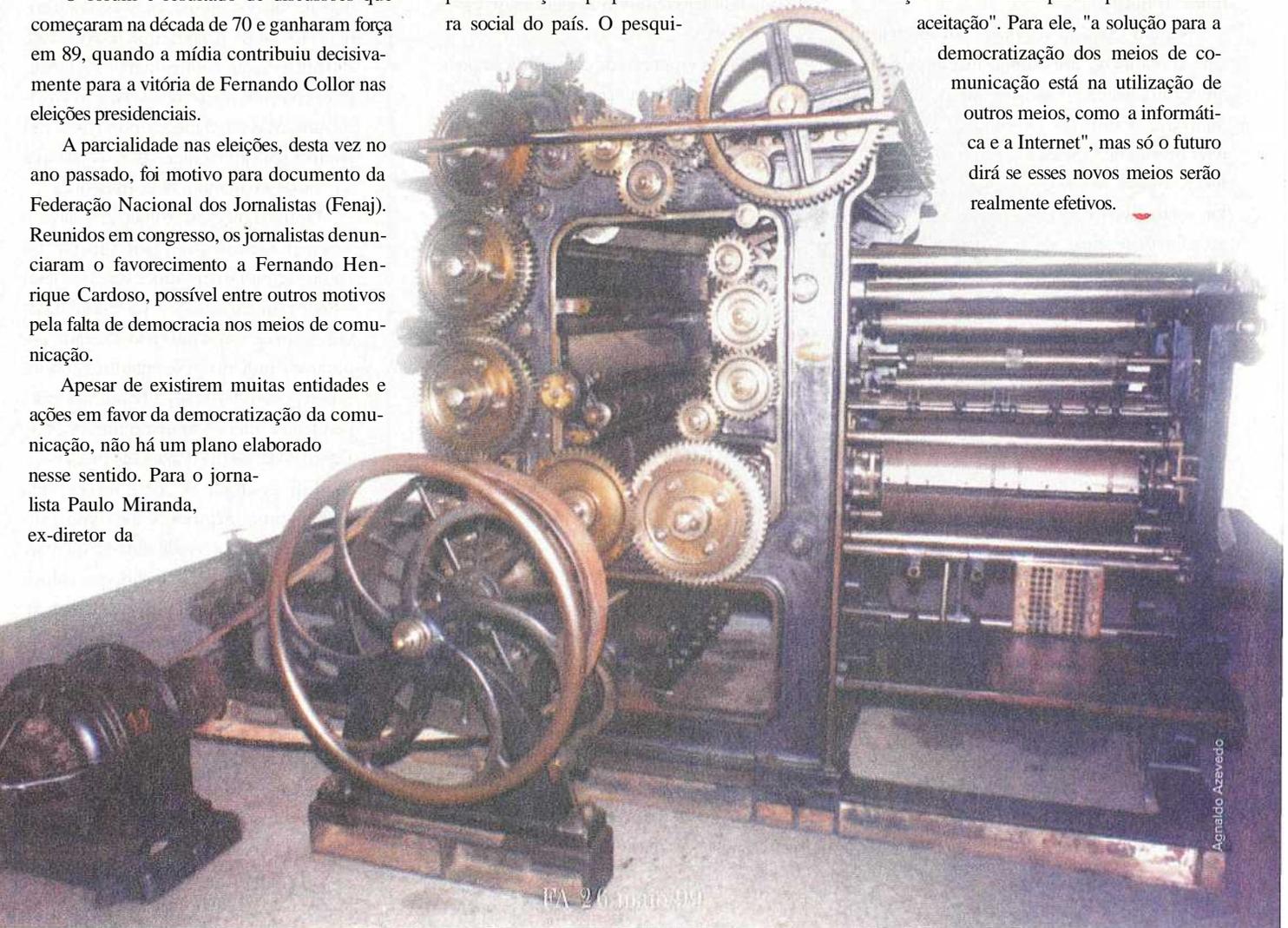
Apesar de existirem muitas entidades e ações em favor da democratização da comunicação, não há um plano elaborado nesse sentido. Para o jornalista Paulo Miranda, ex-diretor da

Fenaj e entusiasta das TVs comunitárias, não há projeto por pressão de um triunvirato formado pelo Congresso, Ministério das Comunicações e donos dos veículos. "O interesse econômico domina, mas há um componente político ainda mais forte. Isto porque muitos empresários não ganham dinheiro com rádio, mas têm votos", afirma Miranda.

Segundo o jornalista, a democratização da comunicação passa necessariamente pela mudança da própria estrutura social do país. O pesqui-

sador Nelson Jahr Garcia, mestre e doutor em ciências da comunicação pela Universidade de São Paulo, vai além. Ele observa que "a informação é consequência do sistema econômico e político". Não adianta, para ele, tentar alterar os "conseqüentes", se o sistema básico permanece inalterado.

Também mestre e doutor em comunicação, pela Universidade do Texas, o jornalista Sérgio Mattos comenta que discutir a comunicação envolve "múltiplas respostas de difícil aceitação". Para ele, "a solução para a democratização dos meios de comunicação está na utilização de outros meios, como a informática e a Internet", mas só o futuro dirá se esses novos meios serão realmente efetivos.





Fundos de pensão em jogo

As equipes escaladas para cuidar de três projetos de lei (8, 9 e 10/99) que tramitam na Câmara Federal, destinados à reformulação da legislação de Previdência complementar (fechada e aberta), já entraram em campo. Alguns parlamentares prometem, de um modo ou de outro, suar a camisa: Ricardo Berzoini, Eduardo Jorge, Wellington Dias e José Pimentel, pelo PT; Rita

Camata, Edinho Araújo, Milton Monti e Freire Júnior, pelo PMDB; Manoel Castro e Luiz Antônio de Medeiros, pelo PFL; Nelson Marchezan e Yeda Crusius, pelo PSDB; Arnaldo Faria de Sá atua pelo PPB, mas sempre tem suas próprias jogadas; e Alceu Collares veste a camisa do PDT. O jogo promete pontos a favor e contra os participantes dos fundos de pensão. A arquibancada precisa ficar de olho.

Outras palavras

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras reaqueceram o debate sobre a privatização no Congresso Nacional. Se depender dos discursos proferidos, tais empresas continuarão como estatais. A política de privatizações já não causa deslumbramento na base governista. A questão é um pouco mais complicada quando se fala em desmembramento, fu-

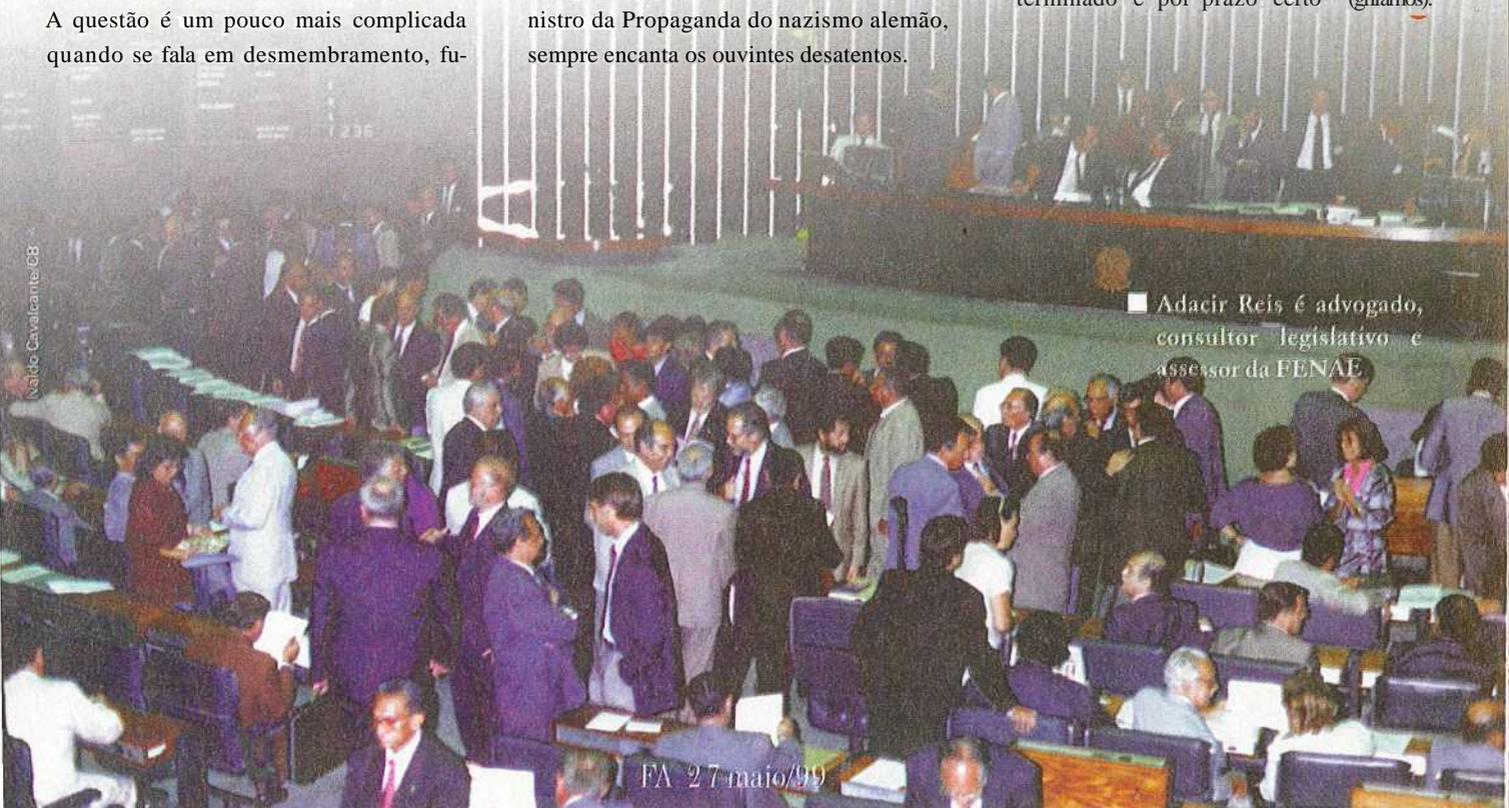
são, cisão ou incorporação de estatais. Sempre sensíveis aos ventos que sopram, os arautos da falsa modernidade falam agora em "reengenharia" dessas empresas. A técnica das palavras novas para velhas idéias, que tem manual de teoria e prática autografado por Goebbels, o eficiente ministro da Propaganda do nazismo alemão, sempre encanta os ouvintes desatentos.

Regimento

versus

Constituição

O regimento da Câmara dos Deputados impõe uma série de exigências para instalação de CPIs, o que acaba impedindo seu funcionamento. Com vários requerimentos de CPI assinados por mais de 171 deputados, não há nenhuma comissão instalada naquela Casa. Isso atenta contra a Constituição Federal, que diz expressamente em seu artigo 58, parágrafo 3º: "As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo" (grifamos).



Adacir Reis é advogado, consultor legislativo e assessor da FENAE

Valdo Cavalcante/GB



Congo: dança, can

O Espírito Santo guarda cerca de 40 bandas de congo, uma manifestação cultural

O congo está para a cultura de rua em Vitória, capital do Espírito Santo, assim como o samba para o Rio de Janeiro, quando o assunto for música.

É opinião de Alberto Pêgo, professor de filosofia e tocador de caixa da Banda de Congo da Barra do Jucu, que o congo (uma espécie de folgado popular) é a expressão viva e espontânea da "civilização" dita brasileira. E ele deve saber muito bem do que está falando.

Isolada dos meios de comunicação de massa (jornal, rádio e televisão), a arte popular tem que ralar muito para se tornar conhecida fora de seu meio social. Assim acontece com o congo, uma manifestação artística que em geral é encarada como mera curiosidade pela in-

dústria cultural. Nascido nos meios populares capixabas, no interior e na capital, o congo traduz-se como mistura inquietante de dança e cantoria, tradição e resistência, e com o tempo foi-se constituindo a partir da própria cultura do dia-a-dia dos escravos negros que se estabeleceram em terras do Espírito Santo.

"O congo retrata a ideologia de uma religiosidade popular calcada no catolicismo", observa Beto Pêgo. Ele explica que na bacia do rio Jucu os padres jesuítas fundaram no século XVII uma velha cidade onde os índios foram aldeados e onde se ergueram senzalas de escravos negros. "Foi em locais assim que negros e índios se encontraram e começaram



toria e tradição

popular fortemente marcada pela devoção aos santos

a praticar o que mais tarde veio a ser batizado como bandas de congo". Pêgo diz que por todo o Espírito Santo existem mais de 40 dessas bandas, formadas basicamente por grupos de trabalhadores, pescadores e profissionais artesanais. A mais famosa delas é a da Barra do Jucu, no município de Vila Velha, com cerca de 30 integrantes. As bandas de congo se reúnem uma vez por ano para fazer festa de devoção aos santos católicos.

Parentesco Como síntese do tradicional com o moderno, o congo mantém graus de parentesco com manifestações folclóricas como a congada mineira e o bumba-meu-boi maranhense.



Zanete Dadalto

"Opereta Cabocla" vem da Barra do Jucu

Nada de tenores e barítonos num duelo de vozes. Séculos de tradição oral, numa ópera diferente e cabocla, estão catalogados no CD "Opereta cabocla", lançado em meados de abril, na cidade de Vitória (ES), pela Banda de Congo da Barra do Jucu. Trata-se, inclusive, do primeiro CD de uma banda de congo.

O disco, com 16 faixas, patrocinado pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo (selo independente), conta uma história que nunca foi escrita e que é protagonizada por velhos, jovens e crianças de bairros populares. Há, segundo o professor de filosofia Alberto Pêgo, cerca de 150 músicas de congo registradas.

Esse CD vem acompanhado do encarte libreto para uma "Operação cabocla". O objetivo, neste caso, é o de preservar e passar para as novas gerações a tradição da cultura popular capixaba. Tal como uma ópera no estilo clássico, embora não seja exatamente assim, o CD "Opereta cabocla" tem começo, meio e fim. E busca inovar ao reproduzir, fielmente, a cantoria do congo.

O repertório desse CD traz como uma de suas preciosidades a música "Madalena", gravada na década de 80 pelo sambista carioca Martinho da Vila. Recentemente, encantada com esse ritmo alucinante, Simone incluiu canções de congo em seu mais novo disco. Um sucesso que começa a tomar conta do Brasil, apesar do preconceito da mídia oficial.

Como estrela da música popular capixaba, o congo guarda pequenas semelhanças com o mangue beat de Chico Science e Nação Zumbi, surgido em bairros da periferia de Recife. Se o mangue beat mistura rock'n'roll com maracatu, coco, dance music e rap, não muito diferentemente o congo junta os sons da cultura dos índios com a dos negros.

Semelhanças entre essas três heranças culturais, segundo Pêgo, podem ser resumidas pela batida do tambor e pelo ritmo cadenciado das músicas. Outra explicação para esse parentesco do congo com o bumba-meu-boi e a congada está na maciça presença de negros bantos em regiões do Espírito Santo, Minas Gerais e Maranhão, enquanto que na Bahia a predominância era de africanos iorubas.

A vocação do congo para o ecletismo é um fenômeno proveniente das diversas manifestações culturais que em passado remoto pontilharam o litoral capixaba. Para a historiadora Cíntia Costa, também tocadora de reco-reco nas "horas vagas", o congo nada mais é do que uma grande fonte de transmissão de conhecimento camuflada de conjunto musical. A estrutura rítmica do congo é assim descrita por Cíntia Costa: "O simples batuque brota de cálculo milimétrico. Os instrumentos dispostos em roda não permitem grande participação 'dos de fora'. O cantar mastigado requer, tal qual uma ópera, ouvido educado para vozes e entonações específicas. Os versos - nicho maior de beleza e sabedoria verbalizadas - só podem ser ouvidos a curta distância, já que são tirados por uma pessoa sozinha, cuja voz é abafada pelo som potente e grave dos tambores".

Em princípio, qualquer pessoa pode vir a se tornar um congueiro. As congadas unem gente de todos os níveis sociais. A idade também não é problema. É comum crianças dançarem ao lado de adolescentes, adultos e idosos. Uma característica: no Espírito Santo, as bandas de congo são formadas nos municípios mais afastados das zonas urbanas e nos bairros com forte presença cabocla. Elas cantam, dançam e ba-

tem tambor para louvar São Benedito, o padroeiro desses grupos.

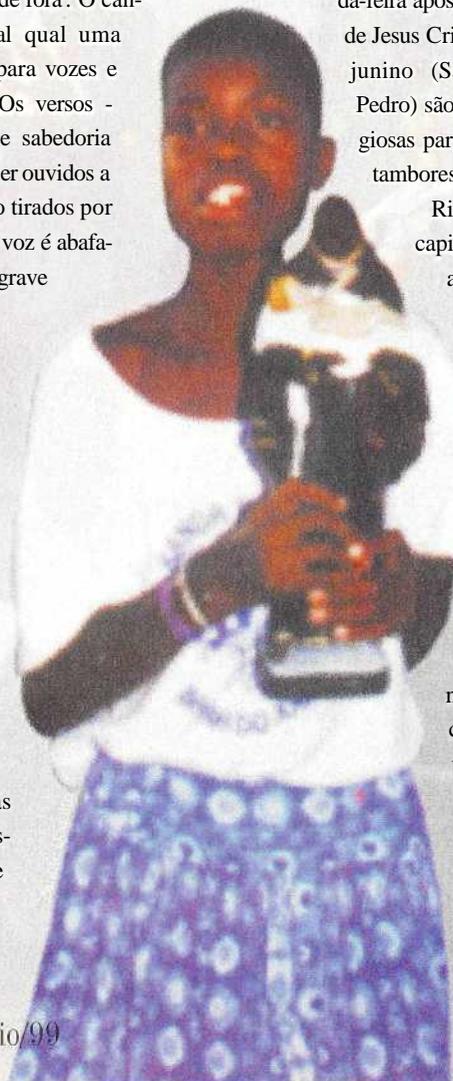
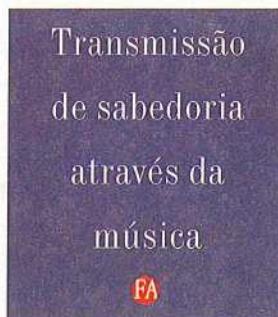
Festas O tambor e o reco-reco são os principais instrumentos do congo. Algumas regiões capixabas usam apetrechos como chocalho, pandeiro, triângulo, tarol e instrumentos de percussão. Pêgo informa que as músicas, conhecidas como jongs, contam histórias antigas e modernas

com temas sobre amor e trabalho. Ele comenta: "A parte dos versos é tirada de improviso, mas muitas músicas se resumem ao refrão. Os versos fazem um jornal oral da região onde as bandas de congo desenvolvem suas atividades artísticas".

O calendário de exibição é bem ritualístico: as comemorações, em geral, começam com a fincada do mastro de São Benedito, em 27 de novembro.

Em 20 de janeiro, dia de São Sebastião, ocorre o ritual da tirada do mastro. O ciclo da festa de Nossa Senhora da Penha, sempre na segunda-feira após a sexta-feira da Paixão de Jesus Cristo, e as festas do ciclo junino (Santo Antônio e São Pedro) são duas outras datas religiosas para o brilho do som dos tambores das bandas de congo.

Ritmo genuinamente capixaba, o congo se nega a aderir aos padrões estéticos e comportamentais ditados pela mídia. Neste sentido, segundo a historiadora Cíntia Costa, essa manifestação cultural surge como elemento de resistência. "Apreciado por alguns, ignorado pela maioria, o congo traz consigo uma gama tão extensa de especificidades que podem se tornar um importante elo na construção da identidade da população capixaba".





Forró globalizado. E bem pago

■ Tárík de Souza

Corno o pagode, o rótulo forró presta-se mais à comercialização que identificação de um estilo musical de procedência nordestina. Na verdade, ele abriga vários gêneros, do xaxado ao baião, passando pelo coco e a quadrilha junina. O público cativo do ramo circula por todas as cidades por onde andaram os imigrantes da região. Incluindo Brasília, Rio e São Paulo. Mas é do extremo geográfico do Rio Grande do Sul que desembarca o híbrido "Forrónerão" (EW), mistura do gênero nordestino com o vanerão sulista. Reúne o ídolo dos pagos Gaúcho da Fronteira e o grupo Brasas do Forró em faixas bem humoradas como "Na cambuca da Maruca", "Bagual barbaridade", "Ainda morro disso", "Manera Sebastião". Na fusão rítmica pontuada pela sanfona predomina o gauchês, devidamente traduzido num glossário no encarte. Explica-se, por exemplo, "pago" (o lugar onde se nasceu), "ventena" (indivíduo mau), "redomão" (cavalo novo que está sendo domado), "pilas" (dinheiro), "gaudério" (pessoa errante) etc.

Seguidor de Luiz Gonzaga, o patriarca do forró, o sanfoneiro Dominginhos mantém a tradição em "Você vai ver o que é bom" (Velas) em que celebra o mestre ("Prece a Luiz") e sua própria raiz genética ("Relembrando meu pai - Mestre Chicão"), além de levantar poeira com os pinicadinhos do fole em "Brincadeira na Ribeira", "Quem eras tu", "Forrozão", "Nem pra tu, nem pra eu" e até uma inédita de outro mestre, Zé Dantas, musicada por ele ("O riacho do imbuzeiro"). Fecha o disco numa quadrilha instrumental com todos os "anarriê" de praxe. Da nova geração, Maciel Melo, pernambucano (de Igaraci) como Gonzaga e



Dominginhos, em "Jeito maroto" (Kuarup), é outro que não desvirtua o sotaque em faixas de sua autoria como "Carrapeta de batom", "Na beirinha do fogão", "Feira de sonhos" e "Só quer zoeira". Temperando seu forró urbano (sempre lotado no KVA, de São Paulo, onde o disco foi gravado), o paulista de Andradina Miltinho

Edilberto estréia em "Como alcançar uma estrela" (Deck). Bom de viola caipira — importada da moda de viola do centro-sudeste — ele mistura breganejo (na faixa título) com xote ("O sonho"), malícia ("Heroína", "Quem tá parado é viado"), sintonia com as modernidades ("Xote da Internet") e hibridismo ("Forró de viola").

Já o projeto "Casa do forró" (PolyGram), típico produto artificial de gravadora, embaralha alguns bons encontros como o dos paraibanos Elba Ramalho & Chico César ("Espere por mim, morena"), Trio Nordestino & Zeca Baleiro ("Isso aqui tá bom demais") e Geraldo Azevedo & Ivete Sangalo ("De volta pro aconchego") às duplas desequilibradas formadas por Amelinha e o ator Maurício Mattar, Marinas e o ultrabrega Ely mar Santos, além dos grupos arrivistas da "oxente music" Limão com Mel & Terra Samba, da corrente axé, Brucelose & os vetustos jovenguardiões The Fevers, Capital do Sul & o mega brega Sidney Magal. Uma devastação. O sucesso da nova corrente que enfia teclados diluidores no forró tem uma explicação mercadológica. A central de rádio por transmissão de satélite Som Zoom Zat do cearense Emanuel Gurgel, dono da banda matriz do ramo Mastruz com Leite, paga para qualquer emissora que queira irradiar o seu sinal — e a sua programação — até R\$ 30 mil, conforme o tamanho da cidade e a potência da transmissão, como informou a revista Época de 5/4/99. Cuidado com a invasão do forró globalizado — e bem pago!

Tárík de Souza,
jornalista



Ping-pong sé

Outro nobre esporte bretão difundiu-se em todo o mundo: o tênis de mesa

Mesa (2,74m x 1,525m - altura 76cm), rede (1,83 de comprimento e altura de 15,25cm), bola (38mm de diâmetro e peso de 2,5g), raquete de borracha e regras previamente definidas. Com essas ferramentas, aliada a uma boa dose de rapidez e destreza, qualquer pessoa no Brasil ou no mundo pode praticar o tênis de mesa.

Corria o ano de 1884 quando esse esporte, surgido na Inglaterra, começou a ser difundido. Algumas versões indicam que foram pelas mãos de estudantes universitários, usando livros dispostos sobre a mesa no lugar da rede, que foi dado o pontapé para a evolução dessa modalidade esportiva. Outras versões dão a militares a responsabilidade por sua origem, através do uso de equipamentos improvisados.

Versões descontraídas à parte, o mais provável é que o tênis de mesa - segundo registros catalogados na Biblioteca do Museu Britânico - tenha descendido diretamente do antigo jogo medieval de "tênis", que costumava ser jogado tanto ao ar livre quanto em locais fechados. Os primeiros formatos das mesas são uma cópia da quadra de tênis, desenhadas sobre um tampão de madeira. Não havia padrão definido para as raquetes. Tanto podiam ser de madeira como de papelão ou tripa animal, cobertas algumas vezes por cortiça, lixa ou tecido. Foi a partir da virada do século, no

entanto, que o tênis de mesa (apelidado antigamente de ping-pong) virou coqueluche nos altos salões da sociedade burguesa. Coube ao aposentado inglês James Gibb a façanha de descobrir que bolas de celulósido de brinquedo, quando golpeadas por raquete oca, de cabo longo e feita de pergaminho, produziam o som ping-pong. Esse nome foi registrado no século XIX por John Jacques, fabricante de produtos esportivos, e daí foi um pulo para que esse jogo se tornasse corriqueiro mundo afora. As regras oficiais foram organizadas em 1922, após a Primeira Guerra Mundial, quando o nome tênis de mesa passou a ser adotado. Mas apenas nos jogos de Seul em 1988, na Coreia do Sul, essa modalidade foi aceita como esporte olímpico.

Brasil A difusão do tênis de mesa no Brasil coincide com o início deste século. Segundo Antônio Fernando Orlando, secretário-geral da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM), há hoje no país cerca de seis mil jogadores profissionais e federações funcionando em pelo menos 22 estados. Oficialmente, não há registro de atletas apenas no Espírito Santo. A média de idade de seus praticantes é 10 e 20 anos. Orlando esclarece que esse esporte, em nível de Brasil, é hegemonizado por São Paulo. "Tanto que a seleção brasileira é formada por 99% de jogadores paulistas". Pertence ao paulista Cláudio Kano, falecido uma semana antes de embarcar para

as Olimpíadas de Atlanta (EUA), o recorde brasileiro de medalhas de ouro em jogos internacionais. Kano ostenta para o Brasil o título de tetracampeão pan-americano por equipe. Detalhe: o tênis de mesa é o único esporte do país que detém quatro títulos consecutivos, façanha que nem o futebol alcançou.

O ano de 1912 é um marco para o tênis de mesa em nível nacional. É desta época o primeiro campeonato por equipes na cidade de São Paulo, sagrando-se vencedor o Vitória Ideal Clube, assim como o reconhecimento oficial do tênis de mesa pela Confederação Brasileira de Desporto (CBD). Hoje, os atletas brasileiros detêm uma longa hegemonia na América Latina. Em jogos sul-americanos o Brasil também predomina em quase todas as categorias: do pré-mirim, passando pelo juvenil, até o veterano. O secretário-geral da CBTM esclarece que a prática do tênis de mesa é mais difundida entre os homens do que entre as mulheres. "Existem 10 rapazes para uma moça que pratica o esporte no Brasil".

Na Caixa Econômica Federal, o tênis de mesa é praticado por empregados do país inteiro. Não por incentivo da empresa, mas como um ato de iniciativa individual. Na quinta edição dos Jogos da FENAE, realizados em Salvador em abril de 1998, o ganhador foi o sergipano Carlos Singi Tagi. Ele já venceu dois outros jogos da FENAE: Natal (1989) e Vitória (1991). Tagi pratica tênis de mesa desde 11 anos de idade.

rio



Tênis de mesa é o ping-pong com regras estabelecidas

São dois estilos que caminham diagonalmente, encontram-se em campos não tão neutros assim, mas semelhanças entre eles fazem com que se misturem de uma forma ou de outra. Verdade seja dita, o tênis de mesa nasceu como ping-pong. Diferenças, se existem, foram cristalizadas ao longo dos anos, especialmente depois de estabelecidas regras para essa modalidade esportiva.

Site da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa na Internet explica que o tênis de mesa é o oficial e praticado com regras bastantes rígidas. A falta de regras é o que caracteriza o ping-pong, visto mais como passatempo. Em termos comparativos, o ping-pong assemelha-se a uma pelada de futebol.

Alguns pressupostos são necessários para quem pratica o tênis de mesa: muita coordenação motora, preparo físico e boa saúde psíquica.

O método japonês de tênis de mesa, baseado na repetição, na disciplina, na técnica absolutamente correta e numa evolução lenta e gradual, é o mais aplicado pelos atletas brasileiros. Dois outros métodos começaram a ser difundidos no Brasil a partir da década de 90, o alemão e o sueco. No caso do alemão, a base é o desenvolvimento dos sentidos e a coordenação das crianças e jovens dentro de um programa rígido na parte técnica. No modelo sueco, por outro lado, predominam a liberdade de experimentação técnica e uma forte dose de percepção motora. Foi com base em seu método que a Suécia, um país com pouco menos de 20 mil jogadores filiados, já conquistou o tricampeonato mundial por equipes.

A poluição ameaça o ecossistema pantaneiro

Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio do Leverger, Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Itiquira são os seis municípios de Mato Grosso que fazem parte da região do Pantanal. Do lado sul-matogrossense, os municípios pantaneiros mais conhecidos são Corumbá, Coxim, Aquidauana, Miranda e Porto Murtinho. Em termos de dimensões brasileiras, o Pantanal é maior que Pernambuco ou Santa Catarina.

As fazendas ocupam, hoje, boa parte do território do Pantanal. Sinônimo de alguns problemas. Não só causados por queimadas, caça predatória e garimpo, mas principalmente por danos provenientes de desmatamentos e da contaminação de águas e solos. A poluição do Pantanal tem sido provocada pelo uso indiscriminado de agroquímicos e mercúrio.

A maioria das cidades pantaneiras não possui sistemas de esgotos adequados, o que coloca em risco a biodiversidade animal, mineral e vegetal da região. Os abrigos naturais de várias espécies estão ameaçados pelos diques construídos por fazendeiros, entre novembro e março (período das enchentes). Para construir esses diques, os donos das fazendas desmatam extensas áreas de terra, visando com isso alimentar e salvar o gado.

Grande parte do solo do Pantanal é arenoso, com pequenas manchas argilosas e calcáreas. O clima é quente no verão e frio e seco no inverno. Dezembro e janeiro são os meses mais chuvosos. As inundações são propagadas por uma declividade quase nula, de seis a 12 cm/km (sentido leste-oeste) e de um a dois cm/km (sentido norte-sul).



TURISMO

O deslumb

Rogério Reis



O que é que o Pantanal tem? Tem muita coisa para quem gosta de apreciar a natureza em estado bruto. A começar pela diversificada bicharada que se mostra ao alcance dos olhos. É multifacetada a quantidade de araras, garças, jacarés, capivaras, ariranhas, lobos-guará, taman-

duás-bandeira, tuiuiús e até onças. Esse verdadeiro paraíso ecológico é habitado por cerca de 650 espécies de aves, 230 tipos de peixes, 80 espécies de mamíferos e 50 tipos de répteis, além de uma enorme variedade de insetos. Por ano, na região pantaneira, nascem cinco milhões de pássaros. Das nove mil espécies cadastradas no mundo, 600 estão no Pantanal.

A vegetação do Pantanal é deslumbrante e pode ser traduzida em movimento de formas, cores e sons (matas, cerradões, savanas, campos inundáveis dos mais diferentes tipos, brejos e lagoas com plantas típicas como camalotes). Localizada entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a região do Pantanal se estende por mais de 230 mil quilômetros quadrados apenas em ter-

rante Pantanal

R. F. F. F.

ritório brasileiro, pegando ainda um bom pedaço da Bolívia e do Paraguai. Municípios como Poconé, Cáceres e Itiquira (Mato Grosso) e Aquidauana, Coxim e Corumbá (Mato Grosso do Sul) servem como porta de entrada para a região do Pantanal. Essas localidades oferecem como atrações ao turista passeios ecológicos por trilhas de animais silvestres e pescarias por bacias e lagos do rio Paraguai. O Pantanal, inclusive, é um lugar ideal para quem curte safáris fotográficos.

Segundo a
lenda, o
Pantanal era
um oceano

FA

sagem se transforma numa área de pasto e algumas plantações. É a época da seca. As cheias recomeçam a partir de outubro,

período bom para a pesca e quando as estradas podem ficar cobertas pelas águas por semanas a fio.

Diz a lenda que o Pantanal seria um imenso mar interior (o mar de Xaraés), um complexo hidrográfico de baías e lagos das mais variadas superfícies, interligados pelos corixos e vazantes (pequenos rios perenes ou periódicos). Isso quer dizer que, em período de enchentes, ocorre uma interligação entre rios, braços e baías, com as águas tornando-se uma só: o mar de Xaraés.

Sistema

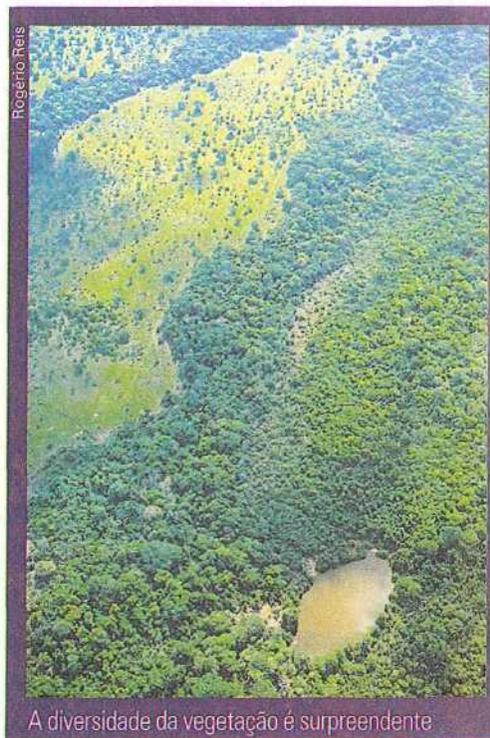
A parte sul-matogrossense do Pantanal é considerada a mais extensa área úmida contínua do planeta. Compreende aproximadamente 200 mil km² de superfície, num espaço em que caberiam Áustria, Bélgica, Hungria e Portugal - juntos. Hidrograficamente, todo o Pantanal faz parte da bacia do rio Paraguai (com 1,3 milhão de quilômetros quadrados - a segunda maior do Brasil, depois do rio Amazonas). E reúne um sistema constituído não apenas de rios. O Pantanal tem também uma imensa planície de áreas alagáveis. De maio a setembro, no período em que a chuva pára de cair, a pai-

Vocação

O Pantanal tem história. A ocupação econômica da região data do século XVIII. O início coincide com a chegada dos primeiros bandeirantes provenientes de São Paulo, que ocuparam a chapada cuiabana em busca de ouro. Terminada a Guerra do Paraguai e com o declínio do ouro, o Pantanal foi invadido por fazendas de pecuária extensiva, consolidando a partir daí uma estrutura fundiária de grandes propriedades (56% da área com mais de 10 mil hectares). A Transpantaneira, no

Mato Grosso, uma estrada construída nos anos 70, é uma das rotas para a realidade pantaneira. Foi erguida para servir de caminho de progresso entre o norte e o sul, objetivo esse que nunca foi cumprido.

O Pantanal também tem vocação para o turismo. Ali o que não falta são atrações. Uma dica para o visitante: o ideal é perder a pressa para melhor aproveitar.



A diversidade da vegetação é surpreendente



A ameaça vem

A crescente poluição da costa litorânea está atingindo os mares e oceanos, as verdadeiras fontes de vida em todo o planeta e os "pulmões" que renovam nosso ar

Os mares e oceanos são o berço da vida. Mas a poluição e as agressões ambientais contínuas e crescentes são uma ameaça ao equilíbrio ecológico e podem ter graves conseqüências, sobretudo nas regiões costeiras, utilizadas pelo homem em suas atividades.

Apesar de sua importância estratégica para a vida nos mares e a sobrevivência da humanidade, as zonas litorâneas e costeiras são as mais afetadas por cargas poluidoras originárias dos continentes: esgotos domésticos e industriais, pesticidas agrícolas, resíduos tóxicos de lavagem de porões de navio e de mineração, derramamento de petróleo, lançamento de lixo etc.

O professor Ademilson Zamboni, do departamento de Oceanografia da Fundação Universidade Rio Grande (FURG), classifica as formas básicas de poluição marinha conforme as cargas poluidoras. Há a poluição aguda e a poluição crônica.

A poluição aguda dá-se pelos derramamentos químicos, sobretudo os provenientes das cargas e descargas em zonas portuárias. O impacto é instantâneo e muito forte. Já na poluição crônica, a emissão é contínua, os danos são a longo prazo e os efeitos geralmente são irreversíveis. O professor Ademilson cita como exemplo a cidade de Rio Grande, a 230 quilômetros ao

sul de Porto Alegre (RS), "uma península dentro de um estuário", cujas emissões se constituem em um "grande cano de esgoto".

É o caso também da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, onde são despejados vários rios com combinações diversas de poluentes e mistura muito grande de dejetos (fontes difusas), além dos esgotos canalizados por emissário (fonte pontual).

Maré-vermelha A introdução de grande volume de matéria orgânica no mar, em princípio, favorece as plantas, resultando em abundância de fito e zooplânctons, além de beneficiar inúmeras outras cadeias alimentares. Mas quando o acúmulo de nutrientes é excessivo, ocorre um rápido aumento da população de fitoplânctons, fazendo com que o mar perca sua coloração original, ficando vermelho e, às vezes, marrom. A chamada maré-vermelha é o resultado de um estado de desoxigenação local, causado por uma intensa ação bacteriana.

Um sinal típico de poluição é o aparecimento de algas verdes, espécies que se beneficiam do aumento de nutrientes na água. Em ambientes com baixos níveis de oxigenação, surgem também plantas microscópicas que levam várias espécies de peixes e determinados animais ao desaparecimento. Na saúde pública, os principais problemas são associados à conta-

minação de recursos naturais e à transmissão de doenças como o tifo e a cólera.

Os poluentes químicos tendem a se acumular na superfície, provocando envenenamento ou disseminação de doenças na vida marinha costeira, além da contaminação de frutos do mar. O esgoto não tratado ameaça a reprodução de animais marinhos e contamina áreas de banho. A poluição nas praias, os resíduos de indústrias plásticas e de aterros sanitários também contribuem para a agressão à vida nas zonas de interação com a terra, onde estão as áreas marinhas mais férteis - as águas salobras dos estuários dos rios, mangues, lagoas e banhados salgados têm uma produtividade de matéria orgânica por metro quadrado maior do que qualquer outro habitat do planeta.

Para o professor Ademilson, um estuário é um "grande reservatório biológico, um grande berçário". O pesquisador vê com preocupação a falta de controle da poluição no ambiente marinho e aponta os principais desafios nessa área: aumentar o número de centros de pesquisas e bancos de dados; descentralizar os recursos para pesquisa; desenvolver técnicas de análise, avaliação e monitoramento ambiental que sejam baratas; criar programas de educação ambiental em nível nacional; e definir uma política ambiental preventiva, com punições a quem polui.

do litoral

Há bilhões de
anos a vida
nascia nos
oceanos

De acordo com a teoria clássica, os primeiros organismos vivos surgiram nas profundezas oceânicas há quatro bilhões de anos. Precursoras de todas as formas de vida que foram surgindo no planeta, as bactérias primitivas ainda hoje se alimentam da matéria inorgânica que flui da Terra, demonstrando a persistência da vida.

No fitoplâncton, - primeiro elo da cadeia alimentar, são dadas as condições para a realização da fotossíntese pela incidência da luz solar sobre os oceanos. Na fotossíntese, as microalgas liberam oxigênio e absorvem gás carbônico. O carbono é incorporado através do crescimento e da reprodução. Assim, os oceanos tornaram-se os maiores produtores de oxigênio e consumidores de gás carbônico (CO₂) do planeta. São o verdadeiro "pulmão do mundo". Representam ainda importante fonte de alimentos, sem falar nas riquezas depositadas em seu leito. Substâncias extraídas dos organismos marinhos são utilizadas na produção de remédios, cosméticos e diversos produtos industrializados.

As estimativas são de que os oceanos e mares contêm mais de 20 vezes a quantidade de CO₂, em comparação com todas as florestas e demais biomassas terrestres. O gás carbônico é absorvido pelo fitoplâncton e conduzido para as grandes profundezas, demorando séculos para retornar à atmosfera. Como o CO₂ é um dos principais agentes do efeito estufa, o desequilíbrio do ambiente marinho pela poluição das águas representa uma ameaça de desastre ambiental.

Assim, o berço de onde a vida se originou pode transformar-se, pelo descaso e a negligência, em instrumento da destruição.

André Tallos

AFILHADO,
O QUE VOCÊ QUER
QUANDO CRESCER?

UM CANAL
DE TV!



DUARTE

**Seguro
para não deixar
seu cliente a pé.**



Nem você na mão.

Seguro que é bom de comprar é fácil de vender. Como o AzulCar, que tem todos os argumentos para convencer você. E você convencer os seus clientes. Assistência dia e noite; pagamento em 12 parcelas fixas por mês; sem aumento; débito automático no Federal Card em conta corrente ou poupança; desconto fidelidade; bônus na renovação anual e **comissões para você**. Tantas, que você nem vai conseguir contar nos dedos.

AZULCAR

**FENAE
SEGUROS**



FENAETUR

Sua viagem na melhor companhia

Pantanal

Hotel Fazenda Xaraés

4 DIAS - TAM
Saída: DIÁRIA

1º DIA: SÃO PAULO / CORUMBÁ / HOTEL FAZENDA XARAÉS

Chegada, recepção e traslado para Hotel Fazenda Xaraés, localizado na região da Nhecolândia. Durante o traslado, a 110 km, oportunidade para fotografar a bela fauna e flora pantaneira. Chegada ao hotel, acomodação em apto. com frigobar.

2º DIA: HOTEL FAZENDA XARAÉS

Após café da manhã, tour à barco pelo rio Abobral, região onde poderão ser fotografadas as espécies existentes no Pantanal, tais como: jacaré, capivara, garças, tuiuiu, colhereiros róseos e uma infinidade de aves. Retorno ao hotel, almoço, tarde livre para caminhadas no campo da fazenda.

3º DIA: HOTEL FAZENDA XARAÉS

Após café da manhã, saída para tour de cavalo pelos campos da fazenda, oportunidade para conhecer com maior intimidade as belezas pantaneiras. Almoço e tempo livre.

4º DIA: HOTEL / CORUMBÁ

Após café da manhã, traslado para aeroporto de Corumbá, para embarque e fim de nossos serviços.

PACOTE INCLUI:

Traslados
Hospedagem no Hotel Fazenda Xaraés
Acomodação em apto com ar
Pensão completa
Tours mencionados no roteiro
Traslados in/out
Passagem aérea ida e volta

NÃO INCLUI:

Extra de caráter pessoal
Gorjetas
Bebidas
Refeições extras
Tours opcionais
Taxa de serviços
E tudo que não estiver mencionado como incluído

PREÇO POR PESSOA: 1.225,00 - mínimo de 2 passageiros

Forma de pagamento - consultar Fenaetur

fenaetur@fenaet.org.br

Belém (091) 224-2096 / Belo Horizonte (031) 201-4196 / Brasília (061) 226-8821

Fortaleza (085) 261-7700 / Recife (081) 465-3062

Rio de Janeiro (021) 509-3462 / Salvador (071) 340-6856

DEMAIS LOCALIDADES CENTRAL RESERVAS BRASIL TOOL FAX: 0800 614060